



ATA Nº7/2025

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 06/2025 referente à sessão extraordinária de 18.11.2025 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.03** – Constituição de Comissão de Planeamento Estratégico -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Imposto Municipal sobre Imóveis 2026 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – contratação de empréstimo de curto prazo (Tesouraria) – ano económico 2026 -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – Documentos Previsionais para o quinquénio 2026/2030 -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – 3.ª revisão orçamental – ano económico 2025 -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P296/2025 – aquisição de serviços de limpeza para instalações municipais – edifício do Teatro Municipal de Ourém, Zona Medieval (Castelo, Galeria, Ucharia, Sanitários Públicos), Biblioteca/Arquivo, Oficina do Património e Casa do Administrador (82732/2025)” – assunção de compromissos plurianuais ---
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – apoio à natalidade e à infância – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – transferência de competências para as Freguesias na área da Saúde – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – transferência de competências para as Freguesias na área da Saúde – propostas de contratos interadministrativos -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos – versão final -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – denúncia do protocolo celebrado com a Freguesia de Caxarias -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de contrato de comodato -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – proposta de protocolo -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – proposta de protocolo -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – transportes escolares – proposta de protocolo -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa “Viver + Saudável – Desporto Sénior” – época desportiva 2025/2026 -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio tejo, E.I.M., S.A. – propostas de protocolos -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Adenda ao protocolo com a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio tejo, E.I.M., S.A. -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fábrica da Igreja de Freixianda – isenção de taxas -----



- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Escoteiros de Mira de Aire – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Segurança – designação de representantes -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Juventude de Ourém – designação de representante no Conselho -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comissão Municipal de Proteção Civil – designação de representante de Junta de Freguesia na Comissão -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – designação de representantes das Freguesias do Concelho na Comissão -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Municipal de Educação – designação de representante de Junta de Freguesia no Conselho -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – Conselho Cinegético Municipal – designação de representante de Junta de Freguesia do Concelho -----
- **02.29** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ---
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente da AMO -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária da AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário da AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Sílvia Gonçalves Neves -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----
- Natalina Mendes Vieira -----
- Armando Henrique Fonseca Reis Vieira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Filipe Campos Catarino -----
- Fernando Marques Simões -----



----- Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- David Alves Pereira -----

----- Cristina Maria Gonçalves Pereira -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, procedeu-se à substituição do membro da Assembleia Municipal: -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira, PPD/PSD, foi substituído por **Jorge Pereira da Silva** ----

----- Verificou-se a presença dos senhores PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: ---

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Casal dos Bernardos – Acácio Dias Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Sérgio Manuel Gameiro Fernandes -----

----- Freguesia de Cercal – Filipe Alexandre Pereira -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Carlos Ferreira Neves -----

----- Freguesia de Gondemaria – Carlos de Freitas Coelho -----

----- Freguesia de Matas – Agostinho Pereira Gameiro -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Alexandre Manuel Gaspar Faria ----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- Freguesia de Olival – Pedro Miguel Marques Pereira -----

----- Freguesia de Rio de Couros – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----



----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:---

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores eleitos: -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Purificação Pereira Reis -----

----- Filipe Manuel Marques Baptista -----

----- Rita Alexandra de Sousa -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Daniel Lopes Neves Ribeiro -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 06/2025 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18.11.2025 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a Ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a Ata aprovada, por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----



----- Comunicação do Grupo Parlamentar PS remetendo carta sobre o tema “Proposta de Aumento de Vagas no Ensino Superior e aos riscos para a sustentabilidade das Instituições do Interior” -----

----- Comunicação do Partido Socialista dando conhecimento da aprovação da proposta do PS, apresentada no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2026, que “*estabelece prazos máximos de pagamento às autarquias locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado*” -----

----- Realização de uma sessão extraordinária, a decorrer no próximo dia 12 de janeiro 2026, entre as 16H e as 20H, no âmbito da realização do ato eleitoral para o cargo de presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e vale do Tejo, I.P., nos termos previstos no n.º 5 do artigo 16.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, e do artigo 15.º do Regulamento Eleitoral, aprovado em anexo à Portaria n.º 754-A/2025/2, de 12 de dezembro. -----

Mais informou de que, oportunamente, será remetida a informação necessária subjacente a esta questão. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **ARMANDO HENRIQUE FONSECA REIS VIEIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal de Ourém na figura do Sr. Presidente.

Cumprimentar o executivo na figura do Sr. Presidente. -----



Cumprimentar todos os colaboradores e trabalhadores, assim como todos os deputados municipais, público presente e a acompanhar online e restantes excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos senhores. -----

Aquilo que eu gostava de trazer aqui a esta Assembleia, nesta minha intervenção, seria falar sobre a dinâmica da concelhia e, neste aspeto, gostava de enaltecer o facto de, ao longo deste ano e ao longo dos últimos oito anos, ser mais que visível e patente que a nível empresarial e não só, o concelho de Ourém tem vindo a destacar-se pela positiva. -----

Neste sentido, gostava de apresentar alguns factos, alguns estudos que comprovam exatamente o mesmo. E trago-vos um estudo feito da autoria, portanto, do Instituto Mais Liberdade, de outubro deste ano, que apresentou assim um ranking com a competitividade municipal que compara, no fundo, a atratividade e a qualidade dos serviços e das infraestruturas do nosso concelho e de todos os concelhos. E para este estudo foi feito um universo. É tido em conta um universo de 186 municípios com mais de 10.000 habitantes e, nesse caso, o concelho de Ourém. É neste ranking dos 186 municípios, o município de Ourém, encontra-se em 54.º. Se fizéssemos um paralelismo com o desporto rei, estaríamos a lutar pelos lugares cimeiros, pelas competições europeias. Portanto, é de facto fantástico e a enaltecer não só o trabalho feito nos últimos anos como ao longo dos oito anos que antecederam este dia, que tem sido de facto extraordinários para aquela que é a potenciação e maximização dos recursos do concelho de Ourém. -----

E assim queremos também os fatores multiplicadores que tanto procuramos para que o concelho de Ourém evolua e consiga ser um local polarizador e capaz de atrair, atrair não só a capacidade de investimento, investidores, financiamentos e pessoas que queiram aqui ficar estabelecidas. -----

Por outro lado, noutra âmbito, também me parece pertinente falar-vos daquilo que têm sido as distinções do Estatuto da PME Excelência 2024, que no fundo é uma distinção daquilo que são as PME líderes, uma escolha feita pelo IAPMEI e o Turismo de Portugal, em que têm as suas PME líderes. E dentro deste conjunto, há um subconjunto que tem em conta, portanto, aquelas que são os padrões de qualidade e de dinamismo e crescimento e competitividade das



empresas. E neste estudo, num ranking com 3925 empresas a nível nacional, 162 são do distrito de Santarém e destas 162 do distrito de Santarém, 42 são do concelho de Ourém. Isto é factual e demonstra aquilo que tenho vindo a dizer nesta minha intervenção, que efetivamente Ourém, os empresários em Ourém e o Município de Ourém criam um ambiente potenciador para que estas condições sejam implementadas, sejam germinadas neste contexto empresarial que, como sabem, é o primeiro passo para poder conseguir com que muitas famílias se estabeleçam aqui no concelho. -----

Por isso não podia deixar, agora que estamos numa altura de final do ano, de fazer este balanço, para mim, enquanto jovem do concelho de Ourém, é de facto bastante importante ver que existe esta aposta e esta boa relação entre os empresários locais e o município. O município é efetivamente um garante destas mesmas potências e desta mesma importância que é apostar no setor empresarial do nosso concelho. -----

Muito obrigado” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente desta Assembleia Eng.º João Moura. -----

Deixe-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Quarenta e cinco anos após o trágico 4 de dezembro de 1980, a memória de Adelino Amaro da Costa e de Francisco Sá Carneiro continua a marcar profundamente a história e o percurso democrático português. Unidos por um projeto de renovação política e por uma visão de futuro para o país, partiram de forma abrupta e injusta, deixando um vazio que ainda hoje se sente. Recordá-los é reafirmar o valor da coragem cívica, da integridade e do serviço público. É também reconhecer que o legado que deixaram — de compromisso com a liberdade, com a responsabilidade e com a construção de um Portugal mais justo — permanece vivo e inspira gerações. -----

Também o 25 de Novembro de 1975 ocupa um lugar essencial nesta evocação. Foi o momento em que Portugal consolidou o caminho democrático iniciado no 25 de Abril, garantindo que a



liberdade não seria capturada por extremismos e que o pluralismo político teria espaço para florescer. Sem esse dia decisivo, o país que Amaro da Costa e Sá Carneiro procuravam construir não teria encontrado o mesmo terreno fértil. -----

Ao juntar estas datas, celebramos não apenas a memória de duas figuras marcantes, mas também a afirmação de um compromisso coletivo: o de preservar a democracia, fortalecer as instituições e honrar aqueles que, com convicção e sentido de serviço, ajudaram a moldar o Portugal livre que hoje conhecemos. -----

Muito obrigado.” -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAS FÁRIA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “**Ação Social do Município** -----

O trabalho desenvolvido no âmbito da ação social e saúde do Município de Ourém vai sendo cada vez mais complexo. -----

Com a delegação de competências, depáramo-nos com múltiplas exigências que motivam o Serviço de Ação Social a reavaliar prioridades de forma regular e reformular modelos de ação assentes num planeamento contínuo e estruturado. -----

Para apoiar os nossos munícipes, o Serviço de Ação Social e Saúde dispõe de vários serviços, repostas e apoios que de forma diária se encontram articulados e em rede com outras entidades do concelho. -----

Elencamos, aqui, esse conjunto respostas que permitem enquadrar o trabalho efetuado durante o ano de 2025 e que ilustram a razão pela qual o Município **foi de novo galardoado como Autarquia Familiarmente Responsável, e Autarquia Voluntária**. -----

O Projeto Radar social é a porta da entrada ao nível da ação social. -----

A sinalização de qualquer situação é encaminhada para o Radar que depois articula com as respostas mais adequadas para cada pessoa ou família. -----

O serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) assegura o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, previamente sinalizadas pelo RADAR. -----



O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma resposta destinada a promover e facilitar a concretização das ações que permitam a integração social e no mercado de trabalho de pessoas beneficiárias do RSI. -----

Importa aqui, salientar, que o município de Ourém é um dos concelhos de toda a região centro com menos processos a decorrer.

No Centro Local de apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) o ano de 2025 foi de forte pressão ao nível dos atendimentos de migrantes. -----

No Espaço AIMA os migrantes têm a possibilidade de submeter todos os documentos necessários para a renovação de títulos de residência que depois são remetidos para a AIMA.

Como podemos verificar estas respostas constituem de forma muito prática o trabalho efetuado na legalização e integração de migrantes, contribuindo o município de Ourém para integração dos migrantes que escolhem Portugal para se fixar, uma vez que os migrantes atendidos vêm de todas as partes do país. -----

No que concerne à **Estrutura de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (Espaço M)** esta resposta permite um atendimento e acompanhamento às vítimas de violência doméstica. -----

O trabalho da Estrutura de Apoio à Vítima continua a focar-se em três aspetos essenciais, prevenção, articulação (Rede Local de Intervenção com Vítimas de Violência Doméstica de Ourém) e proximidade com as vítimas. -----

Em termos de serviços diretos aos munícipes o **Projeto Ombro Amigo (projeto já premiado em anos anteriores)** pretende combater ativamente o isolamento e promover a saúde mental em pessoas a partir dos 18 anos e que vivam em situação de vulnerabilidade social e/ou económica. -----

O Município dispõe, ainda, de outros serviços como o **Centro Comunitário e Voluntariado de Ourém** que promove a prática do voluntariado e com uma forte dinâmica na organização de iniciativas e repostas sociais que **permitiram ao município ser galardoado como Autarquia Voluntária.** -----



Para além das repostas à população são ainda atribuídos apoios pecuniários de carácter eventual a agregados que justifiquem o momento de vulnerabilidade que possam estar a viver. O aumento de dificuldades relacionadas com os pagamentos de rendas para habitação motivou **a atribuição 42 apoios pecuniários de carácter eventual num total aproximado de 30 000 euros atribuídos pelo município, sobretudo a famílias monoparentais.** -----

Ao nível de outros apoios o município possui outras ferramentas que permitem o auxílio a famílias em dificuldades, falamos da **ação social direta** (atribuição de cabazes alimentares...), **tarifários sociais domésticos, Apoio à Natalidade e à Infância, Ourense + Bebê, Banco de Ajudas Técnicas, Cartão Abem (pagamento de despesas medicamentos) e Apoio Comunitário de Emergência.** -----

Na habitação está em fase de conclusão a requalificação cinco fogos propriedade do município e financiados no âmbito do PRR. -----

Resta concluir, que além dos investimentos realizados em infraestruturas, também a Acção Social tem sido uma preocupação constante do executivo camarário, procurando, sempre, dar uma resposta social a quem dela necessita. -----

= **SÍLVIA GONÇALVES NEVES**, Representante Grupo Municipal CHEGA, expôs o seguinte:

“Ex.mo senhor presidente da mesa, e restante mesa -----

Ex.mo senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, -----

Caros deputados municipais e presidentes de junta, -----

Público presente, -----

Comunicação social -----

E público que assiste online -----

Sendo esta a primeira sessão da AMO após o dia 25 de novembro, entendo ser oportuno deixar algumas considerações sobre os 50 anos desta data, recentemente assinalados pela Assembleia da República. -----

Em Portugal, assinalar o 25 de Novembro não anula a importância do 25 de Abril. -----

Pelo contrário: completa-a. -----



Uma democracia adulta consegue lidar com a verdade inteira, não apenas com a parte da História que convém só a uma facção. -----

Entre 1974 e 1975, o país não viveu um conto romântico de libertação contínua. -----

Viveu o PREC, um período marcado por radicalização, violência política e tentativas declaradas de captura marxista do Estado. -----

É preciso dizer isto sem medo: -----

O PREC não foi liberdade. O PREC foi perseguição ideológica. -----

Houve centenas de detenções arbitrárias, feitas com mandados de captura em branco. -----

Houve portugueses presos não por crimes, mas por opiniões. -----

Houve censura. -----

Houve saneamentos massivos. -----

Houve jornais apreendidos. -----

Houve tentativas de controlo militar e partidário das Forças Armadas. -----

Isto não é “narrativa”. -----

Isto é História. -----

E a História serve para aprender, não para ser instrumentalizada conforme a conveniência política. -----

Foi o 25 de novembro de 1975 que travou esse caminho perigoso. -----

Foi esse dia que garantiu que Portugal não caísse num regime de inspiração soviética. -----

Foi esse dia que devolveu ao país a pluralidade política, a liberdade de expressão e a possibilidade real de eleições livres. -----

E por isso as primeiras eleições verdadeiramente livres só puderam acontecer em 25 de Abril de 1976 (um ano depois) -----

Sem o 25 de Novembro, -----

Não haveria democracia. -----

Haveria alinhamento obrigatório, silêncio forçado e vigilância ideológica. -----

Hoje, quando alguns tentam apagar ou minimizar o 25 de Novembro, não estão a defender Abril, estão a defender a sua própria narrativa política. -----



E isso não serve o país. -----

Serve apenas a manutenção de uma mentira confortável. -----

Cinco décadas depois, o que devemos a esse dia é simples: -----

Não reescrever a História, mas, devolvê-la. -----

E devolver a verdade à democracia portuguesa, porque a liberdade não tem donos políticos. ---

Muito obrigada.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Presidente Junta de Freguesia de

Urqueira, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----

Público na sala e em casa, -----

Comunicação Social, -----

Oureenses, -----

Esta é a primeira Assembleia Municipal ordinária após as eleições autárquicas e, por isso, não

podemos, nem devemos, deixar de assinalar a vitória clara, expressiva e histórica da Coligação

“Ourém Sempre” nas eleições do passado dia 12 de outubro. -----

Pela primeira vez desde as primeiras eleições democráticas de 1976, vencemos em todas as

freguesias do concelho de Ourém. Todas. Sem exceção! -----

Este é um resultado absolutamente inédito, politicamente fortíssimo e impossível de

desvalorizar, que traduz de forma inequívoca a confiança massiva que os ourenses

depositaram neste projeto político. -----

Os ourenses falaram de forma clara. -----

Avaliaram, compararam e decidiram. -----

E decidiram reforçar o PSD e o CDS/PP. -----

No plano da Câmara Municipal, não foi possível renovar um dos mandatos de vereador, mas

convém que este dado seja lido com rigor político e honestidade intelectual: obtivemos mais

votos e mais percentagem do que nas eleições de 2021. -----



Ou seja, apesar da ligeira reconfiguração de vereadores, crescemos eleitoralmente, reforçámos a nossa base de apoio e aumentámos a legitimidade democrática no executivo municipal liderado por Luís Miguel Albuquerque. Isto é um facto! Tudo o resto são leituras enviesadas. ----
Também na Assembleia Municipal registámos um reforço claro da votação, fruto do trabalho sério, consistente e credível do nosso candidato João Moura, que tem sabido dignificar este órgão e representar os ourensenses com competência, sentido de responsabilidade e proximidade. -----

Permitam-me que também saúda os meus colegas candidatos a Presidentes de Junta que se dispuseram a integrar as listas do PSD e do CDS/PP, dando a cara, assumindo responsabilidades e colocando o seu nome e o seu trabalho ao serviço das suas terras e deste projeto coletivo. Caros colegas, nesta vitória fica também inscrito o contributo de cada um de nós. -----

Senhoras e senhores Deputados Municipais, -----

Esta vitória não caiu do céu. Esta vitória construiu-se. -----

Construiu-se com trabalho, com presença e com verdade. -----

Enquanto outros optaram por campanhas distantes, feitas à sombra das redes sociais ou à boleia de figuras nacionais que mal conhecem o concelho, nós fizemos aquilo que sempre fizemos: fomos para a rua. -----

Estivemos nos mercados, nas feiras, nas associações, nas coletividades, junto das famílias e das instituições. Falámos com as pessoas, ouvimos as críticas, acolhemos sugestões e respondemos olhos nos olhos. -----

Fomos a todos os debates. -----

Nunca nos escondemos. -----

Nunca fugimos ao confronto democrático. -----

Nunca tivemos medo do escrutínio público. -----

Ser autarca exige presença no terreno, escuta ativa e contacto permanente com as pessoas.

Quem não está com o povo dificilmente pode dizer que o representa. -----



Nos nossos cartazes estavam os nossos candidatos. Pessoas deste concelho, com trabalho feito em Ourém, para Ourém. Não precisamos de padrinhos políticos nem de figuras emprestadas. -----

Esta vitória é, por isso, muito mais do que um resultado eleitoral. É uma legitimação política forte e uma responsabilidade acrescida. -----

Continuaremos a trabalhar com seriedade, proximidade e sentido de serviço público, porque foi isso que os ourenses reconheceram e voltaram a confiar em nós. -----

A coligação “Ourém Sempre” continuará, nos próximos quatro anos, a governar com determinação, com visão e com coragem, sempre ao lado das pessoas e sempre em defesa dos interesses do concelho. -----

Muito obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Mesa da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente de Câmara, -----

Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Caras e Caros Colegas Deputados Municipais, -----

Público presente, público que nos acompanha através da transmissão online -----

Comunicação Social, -----

Sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal desta legislatura, na qual existe este período antes da ordem do dia, destinada a intervenções políticas de interesse local, parecem-nos o momento adequado para aflorar um assunto que anda nas bocas do povo do nosso concelho e mesmo a nível nacional. -----

Sendo esta a casa da democracia do nosso concelho, não existe local melhor para isso acontecer. -----

Primeiro que tudo, queremos realçar que para o Grupo Municipal do Partido Socialista, é uma honra pertencer a um concelho no qual existe uma dinâmica empresarial privada, absolutamente fantástica, com empresários com visão de futuro, arrojo e coragem para fazer



crescer as nossas empresas e com isso melhorar o nosso concelho e a vida das pessoas que aqui vivem. -----

No passado dia 5 de novembro fomos todos confrontados com notícias da comunicação social local, regional e nacional, que estariam a decorrer buscas das entidades judiciais em diversos locais do nosso concelho e especificamente nas instalações do Município de Ourém. -----

Logo depois, as referidas entidades judiciais emitiram um comunicado oficial a confirmar isso mesmo. -----

Deixo aqui um pequeno pormenor, que alguns podem chamar de coincidência. Quando as questões judiciais no nosso concelho se referem ao Partido Socialista, são sempre ali, estrategicamente, no período antes das eleições autárquicas. Quando são ligados à atual maioria, são sempre logo, logo a seguir às eleições, conforme podemos constatar com dois casos recentes, serão certamente coincidências. -----

No entanto, para quase ninguém, estas buscas terão sido uma surpresa pelo tanto que se falava e dizia, inclusive com procedimentos de embargos não cumpridos. Denúncias às autoridades e outros que tais. -----

Nesta mesma Assembleia, nós alertámos para o melindre da situação. O sr. Presidente da Câmara afirmou e reafirmou, e muito bem, que tudo fez o que estava ao seu alcance para que as obras ditas ilegais, parassem. Pelos vistos, e segundo notícias da tal comunicação social, não desmentidas, as autoridades judiciais têm dúvidas sobre algumas dessas atuações do Município, de alguns dos seus funcionários e responsáveis. A Justiça fará o seu caminho. -----

O que me leva a falar neste assunto é algo que nós consideramos algo absolutamente relevante. Diz respeito ao papel do Estado, neste caso representado pelo Município, como pessoa de bem e como elemento que terá de servir como exemplo para a sociedade civil que lidera. -----

Vejamos então. Ao misturar o licenciamento destas obras ilegais, palavras ditas pelo senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia, com mais de 40 procedimentos de alteração do PDM, o que o Executivo municipal, o senhor Presidente da Câmara fez, foi prejudicar ou pelo



menos atrasar todos os outros proponentes, alguns dos quais esperam há anos pela possibilidade de poderem evoluir as suas empresas de forma regular, legal e regulamentar. -----

O senhor Presidente da Câmara, o seu executivo fez com a inclusão desta obra, ditas ilegais, no procedimento de revisão do PDM, foi basicamente, e desculpem a frontalidade, dizer que a partir de agora o procedimento será o seguinte, e para todos, repito para todos como o senhor Presidente gosta de escrever assim em letra grande - constroem o que quiserem, onde quiserem. Nós embargamos três vezes. Vocês continuam as obras e nós alteramos o PDM, alteramos do REN e realizamos tudo. -----

Repito, isto tem de ser para todos. Grandes e pequenos, ricos e pobres, construções de 17.000 metros quadrados ou um pequeno muro. Todos. -----

Senhor Presidente de Câmara, assim se dá gás a partidos populistas e outros que tais e que o Povo, na sua infinita sabedoria, diga ainda em voz mais alta, mais grossa, os políticos são todos iguais. Todos uns corruptos, todos uns vendidos. -----

O Estado tem que dar o exemplo. Tem que ser uma pessoa de bem. Aqui se perdeu uma oportunidade única desta moralização da nossa sociedade. -----

Para que conste, para que fique bem esclarecido, para que ninguém tenha qualquer dúvida sobre isso, nada move o Grupo Municipal do Partido Socialista, quanto ao grupo económico em questão, temos muito orgulho no crescimento que tem tido, dos empregos que criam, da riqueza que criam, nomeadamente quanto ao fundador e líder do grupo, mas perdoem-nos, no entanto, não pode valer tudo. Não pode mesmo. -----

Aproveito para desejar um Feliz Natal e um ótimo 2026, com muita saúde e sorte para todos.”

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Em nome da bancada do Partido Social Democrata, não podemos deixar de assinalar, com particular satisfação, as recentes eleições de representantes do concelho de Ourém para diversos órgãos regionais e nacionais de reconhecida relevância. -----



Começamos por destacar a eleição da Dra. Ana Vieira, 1.^a Secretária desta Assembleia Municipal, para o cargo de Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Endereçamos-lhe os nossos sinceros parabéns, acompanhados dos votos de pleno sucesso no desempenho destas novas funções. -----

Assinalamos igualmente a eleição de Luís Miguel Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, como membro efetivo do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, bem como a sua eleição para Vice-Presidente do Conselho Diretivo dos Autarcas Social-Democratas. A ambas as designações associamos os nossos parabéns e os melhores votos de bom trabalho. -----

É também de sublinhar a eleição de Rui Vital, Vice-Presidente da Câmara Municipal, para Presidente da Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN), cargo que certamente desempenhará com a competência e dedicação que lhe são reconhecidas. -----

Referimos ainda a eleição do Eng.º João Moura, Presidente desta Assembleia Municipal, como membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais, a quem igualmente dirigimos os nossos parabéns e votos de bom desempenho. -----

Estas eleições traduzem não apenas a confiança nas capacidades individuais e na experiência adquirida por cada um dos eleitos, mas também o reconhecimento da relevância que o concelho de Ourém tem vindo a afirmar no contexto regional e nacional do poder local. -----

São um sinal claro de que Ourém é hoje um território respeitado, influente e ativo na construção das políticas públicas que moldam o desenvolvimento regional e nacional. Em nome da bancada do PSD, expressamos o nosso apreço e desejamos a todos os eleitos o maior sucesso no exercício das suas novas responsabilidades, sempre em benefício das populações que representam e do reforço do poder local democrático. -----

Muito obrigada” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----



Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

A política democrática vive do escrutínio. Mas não pode viver da suspeição permanente, do julgamento antecipado nem da erosão contínua da confiança nas instituições e nas pessoas que servem o interesse público. -----

Os acontecimentos recentes no plano nacional, em particular o arquivamento dos processos relativos ao Senhor Primeiro-Ministro, após investigações conduzidas por instituições independentes, impõem uma reflexão política séria. Durante semanas, assistiu-se a um ambiente de ruído, de insinuação e de condenação pública antecipada que, no final, não encontrou sustentação nos factos nem no direito. -----

Isto não é apenas sobre um processo concreto. É sobre uma lógica que se tem vindo a instalar: uma lógica em que a dúvida se transforma em culpa, a averiguação em sentença e o espaço público num tribunal paralelo. -----

Servir a causa pública não pode continuar a custar a honra e a vida de quem a serve de forma exemplar. -----

Quando se normaliza a ideia de que basta denunciar, insinuar ou lançar dúvidas para destruir reputações, estamos a criar um ambiente tóxico que afasta os melhores da política e empobrece a democracia. O escrutínio é essencial, mas não pode transformar-se num mecanismo de linchamento público nem numa inversão permanente do ónus da prova. -----

E esse caminho, seja à escala nacional ou local, não nos leva a lado nenhum. É um caminho que enfraquece a política democrática e que se aproxima perigosamente daquilo que já foi designado como “Tentação totalitária”, independentemente de onde surja ou de quem a protagonize. -----

A Bancada do PSD de Ourém entende que defender a dignidade da política é defender a própria democracia. E fá-lo-á sempre com elevação, respeito pelas instituições e compromisso com a verdade. -----

Muito obrigado.” -----



----- Antes de passar ao período da ordem do dia, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou os representantes dos grupos municipais sobre eventuais propostas a apresentar no âmbito dos vários pontos da ordem de trabalhos que carecem de votação por escrutínio secreto – pontos 02.23 a 02.28. -----

----- Apresentadas as diversas propostas, foram as mesmas lidas pelo Presidente da Assembleia Municipal, procedendo-se, de imediato, às respetivas votações. -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado a intervenção da munícipe: -----

----- HÉLIA FERNANDA VIEIRA MARQUES, natural da Freguesia de Matas, referiu o seguinte: “Boa tarde. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como os restantes membros da mesa -----

Estou aqui nesta Assembleia Municipal por não ter conseguido, para já, resolver o assunto que me traz aqui, hoje. -----

Deixem-me que vos diga que é extremamente difícil dialogar com os elementos da Câmara Municipal e conseguir soluções para os problemas, em tempo útil. -----

Venho falar sobre uma situação que está identificada como processo número 256/2016 e diz respeito à ocupação de uma serventia existente com a construção de uma habitação no lugar de Castelo, Freguesia de Espite. -----

Pelo que sei, e segundo a legislação e no âmbito do urbanismo, a Câmara é responsável por planear, gerir e fiscalizar o uso do solo. É responsável pelo licenciamento das construções. -----

As minhas questões são: como pode ser aprovado um projeto de construção quando está a ser ocupada indevidamente uma serventia existente? Como pode ser construída uma habitação obstruindo a serventia, contrariando a utilidade para os proprietários dos terrenos? -----



E ainda, que tipo de fiscalização é que a Câmara fez no local após a denúncia apresentada? E que medidas tomou? -----

Após várias vindas a Câmara Municipal, com pouco sucesso, diga-se a verdade, tivemos em meados de julho passado, uma reunião com elementos do departamento jurídico e do urbanismo. Ness reunião, foi-nos dito que iriam falar com a proprietária da habitação aqui em causa e que até final de agosto nos diriam alguma coisa relativamente ao acordado. Até hoje, não tivemos respostas. E, com a agravante de ter tentado várias vezes marcar reunião com a Câmara e ser um constante jogo de empurra entre departamentos. Parece-me que o assunto não diz respeito a ninguém e que ninguém sabe de nada. -----

Na última tentativa, há mais de um mês, ligou-me uma secretária a dizer que seria, entretanto, agendada uma reunião, penso que com o Dr. Humberto. Até hoje sem resposta. -----

Meus senhores, a inércia da Câmara em resolver um problema que, no meu entender, ela própria criou, não sei se por incompetência das partes responsáveis, se por outros motivos, tem sido causa de graves problemas, nomeadamente a nível da harmonia da minha vida familiar. Venho mais uma vez, e não queria estar aqui agora, exigir que resolvam este problema de uma vez por todas. Só isso. -----

A minha exposição é esta. Mais nada.” -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----



Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
 Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
 Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão
 online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses -----

Nesta primeira reunião ordinária do mandato 2025-2029 da AMO, na qualidade de Presidente
 de Câmara, cumpre-me saudar todos os eleitos aqui presentes para os órgãos municipais,
 renovando os votos de bom e profícuo mandato na representação do povo Ouriense. -----

As eleições autárquicas de 12 de outubro revelaram, sem qualquer tipo de contestação, qual o
 projeto político desejado para o desenvolvimento do nosso território e quais as políticas
 públicas municipais que devem ser prosseguidas para continuar o ambicioso projeto de
 melhorar a qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

Neste âmbito, permitam-me deixar uma mensagem de compromisso. O nosso entusiasmo,
 trabalho, rigor bem como o programa eleitoral apresentado, são princípios norteadores da
 nossa gestão e serão valores de que não vamos abdicar na condução deste mandato, pois
 foram reconhecidos e reforçados pelo sufrágio das urnas. Tenho a firme convicção que
 seremos capazes de prestar um bom serviço ao nosso concelho e à nobre missão que é a
 política, contribuindo para um horizonte de esperança e futuro para os Ourenses, esperando
 de todos os eleitos, um compromisso positivo em prol de todos nós. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

O início deste novo ciclo autárquico não comprometeu, nem podia comprometer a preparação
 necessária para o arranque do novo Ano Letivo. O planeamento e esforço de todos, garantiu
 mais um recomeço do ano escolar tranquilo e sem problemas, com as diversas respostas a
 funcionar, sintoma muito evidente que o trabalho que temos vindo a realizar está no caminho
 correto. -----

O nosso investimento contínuo nas infraestruturas escolares, apoios e respostas sociais,
 transportes, equipamentos pedagógicos e reforço dos recursos humanos – na componente das
 assistentes operacionais - são exigências que queremos manter, porque acreditamos que um



concelho forte e com futuro, tem na área da educação um dos seus principais pilares. Registamos novamente um aumento do número de alunos face ao ano anterior, correspondendo a uma variação positiva de 1%, representado em cerca de 80 alunos a mais, o que demonstra bem a vitalidade que existe no concelho de Ourém. -----

Em relação aos assistentes operacionais, sempre uma preocupação de todos, posso informar de que no primeiro trimestre de 2026, vamos concluir mais um concurso para admissão de novos assistentes operacionais, para reforçar o serviço nas diversas escolas do concelho, garantido todas as condições para o bom funcionamento das mesmas. Além disto, estamos a trabalhar na conclusão de investimentos que são precisos realizar, em alguns equipamentos escolares, e estamos já a trabalhar e a preparar cada um desses processos. Alinhadas com estas ações, porque sabemos que a todo o tempo podem sair linhas de apoio financeiro de fundos comunitários elegíveis para a requalificação de escolas, temos vindo a elaborar projetos para que o concelho de Ourém possa estar na linha de frente para assegurar estas participações financeiras, pois que trata-se de verbas imprescindíveis para viabilizar estes investimentos. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Neste hiato temporal, realizámos mais uma edição da Feira Nova de Santa Iria, um evento de grande tradição no concelho, que conta já com mais de um século de história e que reuniu, mais uma vez, muitos expositores e muito público, afirmando-se como um espaço de festa para todas as gerações, transformando-se num palco natural para a celebração de Ourém, das suas gentes e das suas tradições. -----

Neste certame voltamos a apostar em artistas de renome nacional, assim como dos artistas locais e emergentes Ourenses, garantindo-se a variedade e a excelência musical que é apanágio desta iniciativa. Mais uma vez, o evento contou com a transmissão em direto e a partir do recinto do programa televisivo “Domingão”. Neste espaço, que também passou por Fátima, foi possível divulgar Ourém a uma escala nacional, enfatizando o que nosso território tem para oferecer aos visitantes e turistas de todo o país, além da energia e animação que estes formatos transportam consigo. -----



Este ano trouxemos a novidade no programa com a inclusão e dinamização do projeto “Aldeia dos Miúdos – Faz o teu Passaporte Rural”, iniciativa que reuniu muito público nas várias oficinas dedicadas às tradições do mundo rural. Este projeto educativo e dirigido a famílias, levou o público numa viagem pela identidade ourense, valorizando os saberes ancestrais que sustentam o artesanato, a gastronomia e outras artes locais numa ideia concebida por alunos da Escola Básica 2º e 3º ciclos D. Afonso, IV Conde de Ourém, e reconhecida no âmbito da 7ª edição da Assembleia Jovem de Ourém. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Inseridos que estamos na quadra natalícia, a mais simbólica e especial do ano, o executivo municipal que lidero, continuo a aposta no investimento na iluminação das ruas, nas diversões e, fundamentalmente, na elaboração de uma agenda rica e diversificada em eventos apropriados ao contexto. Como estamos ainda longe do final dessa programação, aproveito para apelar à participação dos Oureenses nas várias atividades que estão a acontecer, porque o investimento realizado e a qualidade do mesmo merecem que todos o possamos aproveitar e usufruir. -----

Aproveito, igualmente, para divulgar mais uma edição da campanha de apoio ao comércio local. Estamos perante uma iniciativa que concilia a promoção da economia local e o apoio às famílias do nosso Concelho, merecendo por isso ser divulgada e acarinhada. Este ano a campanha “No natal compre no comércio local” teve 155 estabelecimentos aderentes, o que representa um acréscimo de 8 lojas, comparativamente ao ano anterior. Ao comércio aderente o meu agradecimento por mais um ano estarem associados à iniciativa, que é uma importante referência para o seu sucesso. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Nesta sessão da assembleia municipal está sob apreciação de V.ªs Ex.ªs mais um orçamento municipal, ferramenta indispensável para o exercício e gestão do universo municipal. A complexidade na elaboração do orçamento é perceptível face aos contextos muito imprevisíveis do âmbito internacional, e está dependente de algumas definições governativas,



principalmente, as que dizem respeito à área da habitação e às linhas de apoio aos fundos comunitários em curso. -----

Ainda assim, tenho a firme convicção que apresentamos um bom instrumento de gestão para o ano de 2026, com o rigor e o equilíbrio financeiro habitual, com uma política fiscal competitiva, entre os nossos pares e com outros indicadores muito importantes, nomeadamente, no que concerne ao investimento direto e indireto e à capacidade de poupança corrente apresentada. Continuamos empenhados em apostar em áreas imprescindíveis, como a educação, ação social, saúde, cultura, desporto e tempos livres, ambiente, proteção civil, no desenvolvimento económico, nunca esquecendo os nossos parceiros mais próximos, as juntas de freguesia. ----

A nossa capacidade de investimento não vai abrandar e no orçamento estão vários investimentos que queremos realizar. Acredito que muitos deles são obras estruturantes para o futuro, vão trazer desenvolvimento e mais qualidade ao nosso concelho, e das quais permitam-me que destaque: -----

- Conclusão da requalificação da Rua de Castela e Rua Gregório Correia - Ourém; -----
- Início da expansão do parque ribeirinho Dr. António Teixeira – Ourém; -----
- Início da requalificação da Av. Papa João XXIII - Fátima; -----
- Início da requalificação da Rua S. João Eudes – Fátima; -----
- Conclusão da requalificação da Rua Dr. Júlio Constantino e adjacentes – Fátima; -----
- Conclusão da requalificação da Av. Irmã Lúcia de Jesus – Fátima; -----
- Conclusão da requalificação da Estrada de Minde, 2.ª fase – Fátima; -----
- Início da ampliação do parque desportivo em Fátima; -----
- Conclusão da requalificação do centro de saúde de Fátima; -----
- Início da requalificação do Centro de Saúde de Ourém; -----
- Início da construção da Loja do Cidadão - Ourém -----
- Início da construção de Zona industrial da Chã – Urqueira/Caxarias -----

Não posso deixar de mencionar que aliados a estes investimentos de maior envergadura, temos previsto investimentos nas nossas freguesias, porque queremos um concelho dinâmico, equilibrado e com desenvolvido em qualquer que seja a sua geografia. O nosso orçamento tem



em si vertidos princípios de coesão territorial e social que são a verdadeira garantia para um concelho moderno e virado naturalmente para o futuro. -----

Ex.mo Sr. Presidente, caras e caros eleitos -----

Estamos na reta final de mais um ano civil, pelo que quero endereçar a todos vós, os meus mais sinceros votos de festas felizes. Que possa ser o momento de reunião e partilha com as vossas famílias e amigos, naquela que é a expressão mais profunda e sincera de sentimento e amor que vivemos uns pelos outros. Aproveito igualmente para desejar um excelente ano de 2026, ao nível pessoal, familiar e profissional, recheado de conquistas e sucessos.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS



Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Boa tarde. -----

Cumprimento todos os presentes nesta sala, nesta casa da Democracia, na pessoa do Senhor Presidente da AMO, Engenheiro João Moura, bem como todos os que nos estão a acompanhar nos vários meios de comunicação social e digital. -----

Cumprimento também à mesa da vereação. -----

Queria colocar uma questão ao senhor Presidente, não é bem uma questão, mas se me permite, eu gostaria de saber qual é o ponto da situação do projeto “Bata Branca” no concelho de Ourém. -----

E, relativamente à Teleconsultas, se tem havido muita adesão ou não, nesse aspeto do projeto, Muito obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “No seguimento da intervenção inicial, e acho que este é o local certo para fazer as perguntas, porque, como disse e muito bem no seu discurso o deputado João Catarino, as coisas falam-se e dizem-se, e acho que é o local certo para esclarecer as dúvidas, porque muitas das vezes sabemos também o que não sai na comunicação social. -----

No âmbito da mesma temática, como é público e como já disse, toda esta “novela” trágica conduziu a buscas judiciais no Município e noutras entidades, as perguntas que pretendo fazer são mais de procedimentos do Município para que as pessoas definitivamente percebam se o município teve alguma intervenção mais desenquadrada ou não. -----

Veio mencionado na comunicação social a existência de uma licença provisória de obras, ou seja lá o que isso for, emitida pelo município de Ourém, que permitiu que uma das empresas



do universo do Grupo Verdasca tivesse acesso a fundos comunitários, referentes às referidas obras ilegais. Queríamos saber se este documento existe. -----

Na reunião de Câmara do dia 3 de março de 2025 foi deliberado, por maioria, submeter a proposta de alteração do PDM à avaliação ambiental estratégica, aparentemente, para poder ultrapassar a determinação da Inspeção Geral da Agricultura e do Mar e do Ordenamento do Território que impede a CCDDR e APA - desculpem as siglas, de aprovar qualquer proposta de alteração à delimitação da REN que lhe possa ser submetida pela Câmara Municipal de Ourém, no contexto de alteração do PDM, sem que esta assegure, através da avaliação ambiental estratégica, a identificação à descrição e à avaliação dos seus impactos ambientais. Assim, perguntamos se tal avaliação ambiental estratégica já existe e quem foi a empresa contratada para a elaborar. Qual o prazo para ser terminada. E se já existe uma previsão para que seja sujeita a consulta pública. -----

A pergunta seguinte é, caso esta avaliação ambiental estratégica não tenha parecer positivo, a alteração do PDM, tal como foi proposta, será inviabilizada e terá que se iniciar um novo procedimento, com a inclusão deste procedimento depois dos outros todos. -----

E também pergunto, qual foi a data do pedido de legalização destas obras, qual foi a data em que foi incluída na alteração do PDM. Em que data é que isto foi incluído na alteração do PDM. Se a inclusão deste procedimento, se há empresas prejudicadas, se há empresas que desistiram desta alteração. Se houve postos de trabalho em causa. -----

Nesta primeira ronda, são estas perguntas.” -----

= **FRANCISCO EMANUEL MARQUES LOPES**, Grupo Municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “

Boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Aproveito a minha intervenção para o cumprimentar e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos segue lá em casa. -----

E a minha pergunta é bastante curta e simples para o senhor Presidente da Câmara Municipal. Gostaria de saber qual é que será a finalidade daqueles contentores que agora estão a ser colocados junto ao edifício do Centro de Negócios. -----



Obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, colegas aqui presentes e demais público em geral e a comunicação social. -----

Relativamente aos serviços prestados pela AIMA, gostaria, se fosse possível, que o senhor Presidente explicasse mais ou menos que tipo de serviços são esses. Se as pessoas podem-se deslocar diretamente aquele serviço para requerer um agendamento. Se os agendamentos são feitos diretamente pela AIMA. -----

Relativamente ao BUPI, também gostava de saber se esta questão é para continua e se continua a ser grátis ou não, tendo em conta que há aqui muitas pessoas interessadas em fazer o BUPI, este ano, para poderem usufruir da gratuidade dos registos. -----

Obrigada.” -----

= **FILIFE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, e na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

Gostaria de questionar o senhor Presidente do Município qual é a situação atual do Centro de Recolha Oficial dos Animais do Município, nomeadamente, no que diz respeito ao seu funcionamento e à capacidade de resposta à recolha de animais abandonados. -----

Outra pergunta, se nos pode informar sobre os números de adoção registados recentemente e se existem medidas em curso para promover adoções e melhorar a resposta deste Centro. -----

Muito obrigado.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, referiu o seguinte: “Gostava de perguntar que solução é que tencionam dar em Fátima com o apertar das estradas. Estão a retirar os estacionamento e estão a retirar a facilidade das pessoas se dirigirem aos negócios. Saber se tencionam arranjar uma solução num coletivo, se será algum parque generalizado, porque, desta forma, torna-se difícil a manutenção dos negócios e das portas abertas de rua. -----

Obrigado.” -----



= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, referiu o seguinte: “Boa tarde, mais uma vez. -----

Sabemos da visita do senhor Presidente da Assembleia da República ao distrito de Santarém, juntamente com os restantes presidentes de Câmara do distrito. -----

A bancada do PSD gostaria de questionar quais os temas de relevância para o Município e se o senhor Presidente da Câmara pode partilhar alguma intervenção/algum interesse para o município. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Senhora deputada Cláudia Campos fala na questão da Bata Branca e das Teleconsultas. Como sabe, o processo Bata Branca foi a forma que nós encontramos mais rápida para minimizar os problemas que temos identificados na área da Saúde, na área dos cuidados primários, a falta de médicos de família e, nesse sentido, foi possível estabelecer um protocolo entre a Câmara Municipal, a ULS e a Santa Casa da Misericórdia de Fátima, no sentido de contratualizar médicos reformados ou que não estejam ligados ao Centro de Saúde ou ao SNS para poder prestar este tipo de serviço nas diversas extensões de saúde do nosso concelho. --- O que lhe posso dizer, porque as consultas são geridas pela ULS e que, durante o ano de 2025 e pelo conhecimento que tenho, foram prestadas mais de 15.500 consultas, o que obviamente é um número significativo e dava conta da importância deste projeto que estamos também a suportar em termos financeiros, em termos de orçamento municipal. -----

Em relação às Teleconsultas, hoje é uma alternativa, se assim se pode dizer às consultas presenciais, e há diversas empresas que estão a prestar esse serviço. -----

No nosso concelho, neste momento, temos um serviço de Telecom a funcionar diariamente no Centro de Saúde de Ourém e o que posso dizer é que também durante o ano de 2025, até ao dia 30 de novembro, que são os dados que tenho, foram prestadas cerca de 3.500 consultas através deste sistema, o que não deixa de ser também significativo. -----

Aproveito também este momento para lhe dizer que estamos a tentar, e muito em breve, já falámos com a ULS, vamos marcar uma reunião com a Santa Casa da Misericórdia. Estamos



também a negociar com uma empresa o valor por hora de teleconsulta para que este serviço de consulta possa ser ampliado a alguma extensão de saúde que neste momento não tenha médico de família, nem no âmbito do projeto Bata Branca. -----

Neste momento, são estes os mecanismos que temos mais rápidos para poder responder às pessoas que ainda não têm médico de família ou médico assistente na sua extensão de saúde. Pensamos estar a trabalhar para que no início do próximo ano, possamos também ter essa oferta nas extensões que hoje não têm qualquer tipo de oferta médica. -----

Dizer ainda que, tanto a situação Bata Branca como a Teleconsulta, são situações que não são as ideais, como é óbvio, mas que nos tem ajudado muito a ultrapassar os problemas que temos identificados nesta área no nosso concelho e que são por demais conhecidos. -----

- Senhor deputado Nuno Baptista, já na sua intervenção política, falou na mesma situação e agora voltou a falar no mesmo. Eu depois já vou responder concretamente às suas questões, mas, desde que está nesta Assembleia, é o seu *modus operandi*, digamos assim, porque desde que aqui está, penso que desde 2021, não sei se antes de 2021, fala sempre nestas situações parece que não há mais nada no concelho de Ourém importante para discutir. -----

Deixe-me dizer-lhe uma coisa. Quando nós iniciámos funções em 2017, o Partido Socialista elegeu oito elementos para a Assembleia Municipal e o senhor deputado não foi cabeça de lista. Podiam vir à Assembleia Municipal uma Ford transit, dessas de nove lugares. Em 2021, quando o senhor deputado foi cabeça de lista, muitos daqueles que estavam cá consigo não quiseram fazer parte dessa lista. Elegeu cinco deputados. Um táxi trazia-os todos, um de vocês fazia de motorista. Voltou a ser candidato. Elegeu três elementos. Um tuk tuk chega para os trazer para a Assembleia Municipal. Se continuar com este registo que tem vindo a ter desde 2021, penso que uma dessas bicicletas elétricas que nós temos, chegará para os trazer para a próxima Assembleia Municipal. É este tipo de oposição que os senhores têm feito nesta Assembleia que vos tem vindo a reduzir e que hoje, inclusivamente, deixam de ser o principal Partido da oposição. -----



Estou muito satisfeito com as perguntas que aqui me traz, que vou responder com todo o gosto. Com a forma como têm feito oposição nesta Assembleia Municipal, o Povo Ouriense tem reconhecido na sua atitude, o resultado eleitoral que tem tido. -----

Respondendo às três questões que colocou. -----

Licença provisória de obras. Não conheço. Se o senhor deputado tivesse o mínimo conhecimento, sabe que isso nem existe. Não existe licenças provisórias de obras. Saberá, como eu soube, através de um comunicado que o Grupo Verdasca fez, de que receberam 0,00 € de fundos comunitários para esta obra, precisamente porque tem um documento passado por uma entidade a quem recorreram por fundos comunitários a dizer que não podiam atribuir fundos comunitários porque não havia licenciamento municipal. Deveria saber isso porque viu com certeza o comunicado, como eu ouvi e, portanto, está respondido aquilo que me perguntou. -----

A Avaliação Ambiental Estratégica, sim, foi feita. Foi entregue na semana passada na CCDR e estamos agora a aguardar que a CCDR aprecie e analise este documento que foi feito para que depois o processo possa ter a continuidade que possa ter. -----

Dizer-lhe também que tenho muitas dúvidas, mas sou eu e não sou jurista, que as entidades que exigiram que a Câmara Municipal fizesse esta avaliação estratégica ambiental o pudessem ter feito, porque estão claramente a intrometer-se numa competência que é única e exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Uma alteração do PDM é um processo que tem apenas e só, responsabilidade da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal que a viabilizará, e não tem que estar sujeito a que outras entidades venham dizer à Câmara Municipal o que é que deve ou não deve fazer. Mas isso sou eu e a minha opinião não vincula nada, porque eu, como disse, não sou jurista e não posso também falar sobre isso. -----

Datas. Não lhe sei dizer. Como lhe disse, o Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica foi entregue na semana passada na CCDR e, portanto, agora as diversas entidades que se devem pronunciar sobre ela é que irão analisar o documento que foi entregue e que depois irão com certeza, suscitar uma conferência decisória para a decisão final, para que o processo depois



tenha que ser remetido à Câmara Municipal, depois Consulta Pública, depois volta Câmara Municipal e depois vem à Assembleia Municipal para que possa ser apreciado pelos Senhores Deputados, para que finalmente tenhamos uma alteração do PDM. -----

É verdade que neste momento há empresas que estão a aguardar que a alteração fique concluída, mas obviamente vamos ter que aguardar que todo este processo seja concluído para que depois possa avançar. -----

- Senhor deputado Francisco Lopes falou aqui nos contentores que estão atrás do Centro Municipal de Exposições. Estes contentores inserem-se no processo de requalificação do Centro de Saúde de Ourém, que está para se iniciar agora no início do próximo ano e, portanto, será para ali que os serviços do Centro de Saúde de Ourém serão transferidos enquanto as obras decorrerem no atual edifício do Centro de Saúde de Ourém. -----

Pensamos que, no início de janeiro, estas obras irão iniciar-se e que será feita a transferência desses serviços para os contentores, exceto os serviços de medicina dentária que irá funcionar numa clínica privada, o Município alugou uma sala durante um ano. A clínica privada está devidamente equipada com o equipamento dentário necessário para a prestação desse serviço que irá ali decorrer enquanto decorrem as obras no Centro de Saúde de Ourém. -----

- Senhora deputada Helena Pereira. Os agendamentos para a loja AIMA são feitos centralmente, não podemos receber ninguém que se dirija somente aqui para o atendimento. Os atendimentos têm de ser marcados através dos serviços centrais. -----

Temos tido muitas pessoas que se têm dirigido aqui para pedir informações. Nós prestamos as informações que conseguimos prestar, mas os agendamentos são feitos através dos serviços centrais. -----

Sobre o BUPI. Sim, vai continuar a ser gratuito até ao dia 30 de junho. Nós pedimos, e a prorrogação do prazo veio esta semana, para nós e para país inteiro, para que os municípios que estão a trabalhar neste processo possam continuar com a gratuidade até 30 de junho de 2026. -----

Dizer-lhe também que estamos a admitir técnicos para os diversos locais onde já tivemos técnicos que foram interrompidos porque fizemos uma contratação de uma empresa para nos



prestar esse serviço que não correu bem. A empresa não prestou o serviço que deveria ter prestado e nós rescindimos o contrato. Neste momento, estamos a contratar mais técnicos para que, rapidamente, possam entrar ao serviço e possam responder às centenas de solicitações que temos para o registo dos terrenos das pessoas que o queiram fazer. -----

- Senhor deputado Filipe Graça fala aqui na questão do canil. O que lhe posso dizer em relação ao canil é que nós já tivemos a oportunidade, nem foi ainda inaugurado, já está a ser utilizado a ampliação que fizemos do Canil Municipal. Temos tido uma recolha grande de animais. Infelizmente, continua a não haver muita sensibilidade para este tipo de problema. -----

A ampliação que fizemos, as boxes da ampliação estão repletas. Neste momento temos cerca de 65 animais no Canil Municipal. Em 2025, até ao dia 30 de novembro, recolhemos cerca de 350 animais, o que não deixa de ser um número muito significativo. Mas, por outro lado, também tivemos sucesso nas adoções porque foram adotados 330 animais, o que também não deixa de ser um número significativo. -----

Gostaria de deixar aqui um agradecimento a todos aqueles que adotaram animais, no nosso canil municipal e aproveitar também para agradecer a todos aqueles que ali trabalham, que prestam um serviço excecional, quase que 24/24H, para que nada falte aos animais que ali estão. -----

Dizer também que foram efetuadas cerca de 400 esterilizações durante o ano passado, o que também não deixa de ser significativo e demonstra também o trabalho que estamos a realizar nesta área. -----

- Senhor deputado Filipe Mendes. Não concretiza muito bem a questão, diz que estamos a retirar estacionamento, não entendi bem a pergunta. Mas, posso dizer-lhe que nós temos um exemplo em Fátima que é Aljustrel. Retirámos os carros do centro da aldeia e adquirimos um terreno onde todas as viaturas estacionam. E, ao contrário do que se pudesse pensar, inclusivamente as pessoas de Aljustrel no início, quando nós iniciámos as obras, vieram ter uma reunião comigo, 20 ou 25 pessoas, preocupadas com o facto de os carros deixarem de ir ao centro da aldeia. O que acontece hoje é que as pessoas estão extremamente satisfeitas



com esta decisão, porque hoje as pessoas vão a pé. E obviamente que o negócio tem tendência a ser melhorado. -----

Dizer também que esta alteração em Aljustrel era uma situação que estava prevista há muitos anos e que nunca tinha sido executada e foi agora possível de executar. Esta fase só permitia esta obra e por isso foi inaugurada. Alguém anda a dizer que foi inaugurada uma obra incompleta, ignorância pura. Dizer que a segunda fase da requalificação, iremos ter então o parque de estacionamento, estamos também a trabalhar para o requalificar, de forma a que ele fique com outro aspeto e fique mais funcional, que é aquilo que pretendemos. -----

Em relação à Cova da Iria, dizer também que estamos neste momento em obras numa zona, e penso que estava a referir a essa situação, a Júlio Constantino, dizer que nós adquirimos ali um terreno perto do Centro de Saúde, com cerca de 1400 metros quadrados, que permitirá estacionar cerca de 50 viaturas. Ao contrário do que se possa pensar, não vão ficar menos estacionamentos do que há hoje. É verdade que nalguns locais vai haver menos estacionamentos porque os estacionamentos, em vez de serem em espinha, vão ser longitudinais, mas vamos ganhar estacionamentos mais à frente e também mais atrás, o que não acontecia hoje. Portanto, o número de estacionamentos que existe hoje será muito semelhante ao que existirá no futuro. -----

A acrescentar a isto, como disse, vamos adquirir um terreno, ainda não está feita a escritura, que permitirá ali estacionar cerca de 50 viaturas que irão apoiar todos os comércios daquela zona e inclusivamente também apoiar o estacionamento para o Centro de Saúde, porque também reconhecemos que é hoje muito pouco. No final da reunião, posso-lhe dizer qual é exatamente o terreno que nós adquirimos, que, me parece, irá resolver os constrangimentos de estacionamento que existem naquela zona. -----

- Senhor deputado João Catarino falou aqui na reunião que tivemos com o senhor Presidente da Assembleia da República que se deslocou ao distrito, faz hoje precisamente oito dias, no dia 15 de dezembro. Dizer que foi uma excelente iniciativa. É a primeira vez, que me lembro, que uma delegação da Assembleia da República, com o senhor Presidente se desloca a um distrito para falar com os presidentes de câmara de todo o distrito, para que eles lhe possam



apresentar alguns constrangimentos que estão identificados no seu concelho, de alguns problemas que sejam resolvidos ou que estejam dependentes de autorizações a nível nacional a nível do Governo central. -----

Tive a oportunidade de lhe falar, como é óbvio, na questão da falta de médicos, porque penso que é um dos principais problemas que temos aqui em Ourém. Fiz-lhe um pouco o retrato do nosso concelho e da necessidade que temos em ter aqui mais médicos. -----

Falei-lhe na velha questão da ligação do IC9 à A1, embora não sendo do nosso concelho, é um constrangimento grande para os habitantes do nosso concelho e também porque não dizê-lo, do concelho de Tomar. Toda esta zona que liga o interior ao litoral, se estivesse ligada à A1, seria muito mais célere, era muito melhor para todos nós. -----

Falei-lhe também na questão do financiamento da Avenida Papa João XXIII. Como sabem, tem um financiamento de 800.000 € através de um protocolo celebrado em 2017. Ora, todos nós sabemos que o valor da obra em 2017 é totalmente diferente do valor da obra em 2025 ou 2026. Portanto, tive também a oportunidade de lhe falar nessa situação e tive a oportunidade de lhe falar também nos deficientes serviços públicos que temos hoje no nosso concelho, nomeadamente a nível de Conservatória, a nível de Finanças, a Autoridade Tributária com muito poucos elementos, o que obviamente atrasa muito a resolução de problemas que os nossos munícipes têm interesse em resolver. -----

Essencialmente, foram estes quatro assuntos que apontamos. Outros colegas meus apontaram também outros assuntos um pouco transversais a todos os municípios, mas foram estes os assuntos que tive oportunidade de abordar junto do senhor Presidente da Assembleia da República. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo momento de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Deixe-me dizer que eu e o senhor Presidente Câmara temos uma visão



diferente de democracia. Eu acho que a oposição serve exatamente para isso, para colocar as questões que nós achamos difíceis. -----

Quando fiz as perguntas, eram perguntas para o senhor Presidente ter oportunidade de esclarecer e, portanto, acho que é por aí que a coisa tem que ir. Obviamente não fazemos as perguntas que o senhor Presidente quer ouvir e para as quais já vem com estas respostas preparadas. Mas isso é normalmente o papel da oposição e do poder, é o que é. -----

Deixe-me dizer que tenho imenso orgulho nas candidaturas todas em que me apresentei. Normalmente é mais difícil e, ao contrário do que disse, não me lembro de nenhuma recusa em 2021. O senhor presidente deve saber, devem-lhe ter dito alguma coisa que eu não sei. Em 2025 foi mais tarde, foi mais difícil? Sim, mas fez-se na mesma. Portanto, não me lembro de nenhuma recusa. As suas fontes nem sempre são as melhores. -----

Mas tenho imenso orgulho, até porque, por tudo o que já foi aqui dito, o ser autarca hoje é uma questão difícil e ser autarca numa candidatura que normalmente e toda a gente sabia que ia para perder, é mais difícil ainda. Por isso, como era natural, é o ciclo para a Câmara, em 2029, ninguém perderá contra si, como sabe, mas pronto, é o que, é um assunto que o deve preocupar. -----

Quanto ao comunicado que referiu. Nós lemos o comunicado do Grupo Verdasca, mas lemos também o comunicado das entidades oficiais. Lemos as notícias dos jornais, lemos tudo e nós gostamos de não ligar só a uma fonte, gostamos de ver tudo o que foi dito, porque obviamente que as entidades oficiais que vieram fazer as buscas não são doidos, e não escreveram o que escreveram no comunicado, portanto acho que no meio deve estar alguma da bondade da coisa e por isso volto a dizer, como disse no princípio da minha intervenção, coloquei-lhe as questões para o senhor Presidente esclarecer na Assembleia Municipal. -----

Quanto à outra pergunta. Nas redes sociais correm notícias e fotografias sobre a questão do terminal rodoviário. Deixe-me dizer-lhe, e nós somos claramente favoráveis a que as coisas evoluam, o que lá estava não era nada, não fazia sentido continuar e durante muitos anos pediu aquela obra, sem dúvida. E o Município, obviamente respaldado pela imensa maioria que



tem, tem todo direito de fazer as obras. E acho que como estava é que não podia ficar, sem dúvida, e estamos claramente favoráveis a isso. -----

Agora eu relembro que nesta Assembleia Municipal, se bem que posso estar equivocado, penso que foi das primeiras vezes que foram passadas imagens do futuro terminal rodoviário, o que gostávamos de ter visto para nos expressarmos convictamente sobre isso, é que nos tivesse dito que o edifício ia ser totalmente deitado a baixo, iam ficar duas pequenas paredes. Era o escrutínio público. Tinha todo o direito de o fazer. Fazia todo o sentido. Era a vossa opção, com todo o direito. Eu, como deputado municipal, aquando da apresentação aqui por causa da plurianualidade, não fiquei com a noção, e pelo que se vê nas redes sociais, também algumas pessoas entendidas no assunto também não ficaram com essa noção que acompanharam o procedimento, que o edifício só ia ficar com aquelas duas pequenas paredes que lá estão. Todo o direito de o fazer. O que lá estava não era nada e acho que é uma nova centralidade. Faz todo o sentido. Mas, era de apresentar a solução na sua totalidade. Isso era fantástico, teria o nosso voto favorável na mesma. Era essa frontalidade que nós pedimos.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Em relação à preocupação de 2029, não sei quem é que tem que estar mais preocupado. Sou eu, que nem sequer sou candidato ou o senhor deputado que, pelos vistos quer voltar a ser candidato, e bem. Mas aconselho-o a mudar a sua atitude se não quiser vir de bicicleta, conforme eu lhe disse, porque efetivamente não é assim que lá vai. Portanto, preocupe-se com o seu Partido, preocupe-se em formar uma comissão política no seu Partido. Preocupe-se com isso em vez de estar a preocupar-se com os outros. É melhor não falarmos em questões políticas, porque outubro foi há dois meses e o povo disse exatamente o que queria, 30 elementos da bancada do PSD/CDS, 03 do PS. -----

Em relação ao terminal rodoviário, ainda bem que coloca esta questão. As requalificações, dizem-nos que pode haver uma demolição total ou parcial, desde que uma nova construção tenha os mesmos parâmetros urbanísticos, não ultrapasse aquilo que existia no passado. E aqui, neste caso em concreto, posso-lhe dizer o seguinte: em termos de segurança, o edifício não tinha as mínimas condições para poder ser recuperado. Tivemos que tirar dali a Rodoviária



Nacional. Tenho aqui, se quiser, posso-lhe mostrar o relatório de visita que nós mesmos fizemos e depois o relatório da Proteção Civil que fez uma vistoria ao local e que nos aconselhou a que, de imediato, retirássemos dali os serviços, o que foi feito. -----

Só para ter uma ideia do estado em que estava o edifício, aquelas barraquinhas dos mercados que funcionam num espaço confinante, como só funcionavam de 15 em 15 dias, era habitual guardá-las no edifício, e foi aconselhado a que não o fizéssemos, porque o edifício podia ruir a qualquer momento, com o simples peso daquelas barraquinhas. A laje estava completamente danificada, e esse, quanto mais não fosse, era o principal motivo pela qual nós não podíamos de forma alguma, recuperar aquele edifício. -----

Segunda razão. O projeto que nós desenvolvemos para a Loja do Cidadão, as diversas entidades que ali vão trabalhar, leia-se Autoridade Tributária e Segurança Social, necessitam de espaços adequados e que a lei obriga. E nós tivemos que recorrer à cave do edifício, visto do lado da igreja, para ali também alojar alguns desses espaços, porque o espaço que nós temos no resto do edifício não era suficiente para que estas duas entidades ali pudessem trabalhar. Também foi necessário criar espaços na cave para que estas duas entidades pudessem trabalhar. Além de que, foi necessário também aproveitar uma parte da cave do edifício para que ali houvesse estacionamento subterrâneo. O edifício e toda aquela zona envolvente vai ficar com cerca de 50 estacionamentos subterrâneos, não só por baixo do edifício, mas também naquela parte onde hoje já estacionam os carros. -----

Quando nós estamos na oposição, pedimos sempre mais. É normal que assim seja, mas quando chegamos ao poder, vemos que as coisas não são bem assim. Depois de conhecermos as situações temos que ter aqui algum cuidado e temos que olhar também muito para os orçamentos municipais. -----

Os senhores é que nem na oposição são coerentes. No dia 21 de maio de 2021, o Partido Socialista de Ourém fez um comunicado que diz assim: “*As imagens do Terminal Rodoviário de Ourém que acompanham os documentos são chocantes e deixam os vereadores do PS incrédulos. As condições de insalubridade e a insegurança, as deteriorações das estruturas são impressionantes*”. Isto é diferente daquilo que o senhor veio aqui dizer, que não devíamos ter



demolido o que demolimos. Portanto, os senhores mudam de opinião quando estão na oposição, mas quando vamos para o poder já é diferente. -----

Tenho aqui também para lhe mostrar esta imagem de 2009, quando o PS ganhou as eleições para a Câmara Municipal. E eu pergunto-lhe se nesta imagem há alguma semelhança com o edifício que ali vai ficar. -----

Nós sempre dissemos que queríamos preservar o que ali está e que vai ser preservado. A fronteira principal do edifício vai ficar igual ou quase igual, porque obviamente nunca será, não será permitido ou é difícil ficar exatamente igual. Agora, isto que os senhores apresentaram no outdoor que ali colocaram em 2009, era a destruição total do edifício, não fazer nada parecido com o que ali está. Portanto, senhor deputado, nós temos que ser coerentes com as nossas opiniões. -----

Hoje em dia, nas redes sociais nós falamos de tudo, somos especialistas em tudo, em tudo. Mas, felizmente que a Câmara Municipal tem a contratação de alguém técnico que nos aconselhou a fazer assim, e eu não discuto porque não sou técnico. Apenas respeito as opiniões técnicas e foi aquilo que fizemos, preservar aquilo que ali está dentro das condições de segurança e respeitando as exigências das diversas entidades que nos obrigaram a que tivéssemos que fazer algumas alterações em relação àquilo que existia. -----

Muito obrigado” -----

02.03 – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Estamos na primeira sessão ordinária deste mandato e carecemos de constituir formalmente a Comissão de Planeamento Estratégico, que é representativa de todas as forças políticas representadas, não sendo composta por nenhum elemento em particular, mas sim pelos elementos que as forças políticas, com expressão nesta Assembleia Municipal, indiquem. Esta Comissão, devidamente consagrada no nosso Regimento, serve para, entre outras coisas, preparar as sessões da Assembleia Municipal. -----



Ela já reuniu, mas vamos constituí-la formalmente.” -----

----- Questionado o plenário sobre eventuais intervenções, não se registou qualquer pedido de intervenção. -----

----- Face ao exposto, foi entendimento unânime constituir a Comissão de Planeamento Estratégico, da seguinte forma: -----

----- Mesa da AMO -----

----- Grupo Municipal PPD/PSD -----

----- Grupo Municipal CHEGA -----

----- Grupo Municipal CDS-PP -----

----- Grupo Municipal PS -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2026 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 111643**, datado de **2025.11.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.11.17, solicitando, a este órgão deliberativo: -----

1 – Para efeitos do n.º 4, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a fixação das seguintes taxas, a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, no ano 2026: -----

----- 0,325% sobre prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

----- 0,800% para os prédios rústicos; -----



2 – Nos termos do n.º 13, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a redução das taxas a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, no ano 2026, incidente sobre a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do agregado familiar, do seguinte modo: -----

- Um dependente – 30,00 euros -----
- Dois dependentes – 70,00 euros -----
- Três ou mais dependentes – 140,00 euros; -----

3 – Nos termos do n.º 7, do artigo n.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a redução de 20% da taxa de IMI a aplicar sobre prédios urbanos arrendados exclusivamente para habitação, aplicável apenas aos contratos que venham a ser estabelecidos após 01 janeiro de 2026; -----

4 – Nos termos do n.º 3, do artigo n.º 112.º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a elevação, ao triplo, das taxas inerentes aos prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano e aos que se encontram em ruínas, na área do Município; -----

5 – Nos termos do n.º 5, do artigo 46.º, do Estatuto dos Beneficiários Fiscais, na sua redação atual, a prorrogação, por mais dois anos, o período de isenção de três anos, aplicável a prédios urbanos que reúnam as condições referidas no citado diploma; -----

6 – A redução de 50% da taxa de IMI a aplicar sobre prédios urbanos propriedade das associações desportivas, culturais e recreativas; -----

7 – A redução de 50% da taxa do IMI a aplicar sobre os prédios urbanos exclusivamente afetos à primeira habitação própria e permanente, propriedade de famílias numerosas com três ou mais descendente, sendo que esta redução não será cumulativa com a estabelecida no ponto 2 atrás citado. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto designado em epígrafe, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a informação registada sob o n.º



104.829/2025, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra:

“(Imposto Municipal sobre Imóveis): -----

- I – Taxas a aplicar em 2026 sobre o exercício de 2025 – Taxa Geral;-----
- II – Redução da taxa prevista no n.º 13 do artigo 112.º;-----
- III – Redução da taxa prevista no n.º 7 do artigo 112.º;-----
- IV – Majoração da taxa prevista no n.º 3 e n.º 8 do artigo 112.º; -----
- V – Alargamento da isenção temporária de IMI-----

-----**I – Taxas a aplicar em 2026 sobre o exercício de 2025** -----

-----**(Taxa Geral)** -----

---- Nos termos do artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre imóveis aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, “*o IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam*”. Posteriormente, a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterou as taxas admissíveis neste âmbito, anulando o efeito das medidas fiscais anticíclicas estabelecidas na Lei 64/2008, de 5 de dezembro, que anteriormente alterou o CIMI. Em 2016, a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março veio alterar a taxa máxima admissível de 0,500%, para 0,450%. -----

---- Deste modo, as taxas do IMI deverão ser fixadas anualmente pelos Municípios da área de localização dos prédios, dentro dos seguintes intervalos, nos termos do artigo 112º do CIMI (com a alterações introduzidas):-----

- Entre 0,3% e 0,45% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; -----

---- Complementarmente, será de referir que a taxa aplicável aos prédios rústicos é de 0,8%.

-----**Quadro A – Taxas de IMI vigentes no Distrito de Santarém** -----

-----**(Em 2025 sobre o exercício de 2024)**-----



Distrito de Santarém	Taxa Urbana - IMI	Taxa Rústica	Aplica Taxa de Redução
Abrantes	0,400%	0,80%	Sim
Alcanena	0,375%	0,80%	Sim
Almeirim	0,375%	0,80%	Não
Alpiarça	0,370%	0,80%	Sim
Benavente	0,300%	0,80%	Não
Cartaxo	0,450%	0,80%	Não
Chamusca	0,300%	0,80%	Sim
Constância	0,300%	0,80%	Sim
Coruche	0,300%	0,80%	Sim
Entroncamento	0,300%	0,80%	Sim
Ferreira do Zêzere	0,300%	0,80%	Sim
Golegã	0,340%	0,80%	Sim
Mação	0,300%	0,80%	Sim
Ourém	0,310%	0,80%	Sim
Rio Maior	0,380%	0,80%	Sim
Salvaterra de Magos	0,350%	0,80%	Não
Santarém	0,368%	0,80%	Sim
Sardoal	0,325%	0,80%	Sim
Tomar	0,340%	0,80%	Sim
Torres Novas	0,360%	0,80%	Sim
Vila Nova da Barquinha	0,320%	0,80%	Sim
<i>Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira</i>			
Municípios com taxas inferiores			
Municípios com taxas superiores			

---- Analisando o quadro acima apresentado, verifica-se que Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Mação aplicam uma taxa urbana inferior à praticada em Ourém. Ao invés 13 dos 21 municípios que compõem o distrito de Santarém aplicam uma taxa urbana superior, com particular relevo para os territórios de maior similaridade neste contexto geográfico, nomeadamente, Abrantes (0,400%), Tomar (0,340%) e Torres Novas (0,360%). -----

-----Quadro C – Estatísticas de Liquidação (Sobre o ano de 2024) -----

Designação	Valor Patrimonial			Contribuição do Ano	Impacto resultante da variação de 0,1 p.p.
	Isento Temp.	Isento Perm.	Sujeito		
Urbanos (CIMI)	150 485 019,71 €	399 118 566,74 €	2 385 921 655,27 €	7 263 088,34 €	2 342 931,72 €
Rústicos	1 662 385,55 €	508 456,82 €	9 912 587,57 €	152 652,26 €	--

---- Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira -----

---- No contexto do Município de Ourém, tendo por referência as estatísticas disponibilizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, referentes ao ano de 2024, estima-se que as receitas municipais, neste âmbito, se situem na ordem dos 7,3 milhões de euros. -----



---- Observando os valores dispostos efetuou-se uma extrapolação do impacto resultante de uma eventual variação, tendo por base o valor de contribuição prevista nas estatísticas de liquidação mais recentes obtidas. -----

---- Consequentemente, constata-se que:-----

- A variação de 0,1 p.b na taxa incidente sobre os prédios urbanos representa uma variação da receita municipal ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros;-----
- A definição da taxa máxima admissível representaria uma receita anual próximo de 10,7 milhões de euros, ou seja, um acréscimo na ordem de 3,3 milhões de euros, face à receita resultante da taxa atualmente vigente. -----
- As isenções permanentes significam uma quebra da receita na ordem de 1,2 milhões de euros, se aplicada a taxa atualmente vigente e de 1,8 milhões de euros se aplicada a taxa máxima admissível;-----
- As isenções temporárias significam uma quebra da receita na ordem de 466,5 mil euros se aplicada a taxa atualmente vigente e de 677,2 mil euros se aplicada a taxa máxima admissível. -----

---- Face ao disposto, considerando a vantagem fiscal comparativa existente no Município de Ourém, face aos restantes municípios que compõem o distrito (apenas Benavente, Chamusca, Ferreira do Zêzere e Mação, aplicam taxas inferiores, e todos os municípios de dimensão similar ou superior a Ourém aplicam taxas mais onerosas), propõe-se manter as taxas vigentes:-----

- 0,310% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI); -----
- 0,800% para os prédios rústico. -----

---- Se adotada a proposta: -----

- As receitas anuais com este imposto deverão ascender a 7,3 milhões de euros;-----
- Abdica de um acréscimo potencial desta receita (se aplicada a taxa máxima), num valor na ordem dos 3,3 milhões de euros. -----



- O Município de Ourém evidencia uma expressiva vantagem fiscal neste âmbito, face à generalidade dos municípios que compõem o distrito de Santarém, salientando-se uma evidente vantagem relativa aos municípios do referido território de maior similaridade (Abrantes, Tomar e Torres Novas, bem como à capital de distrito, ou seja, a Santarém

-----**II – Redução da taxa prevista no artigo 13º do artigo 112.º-A**-----

-----**(Dependentes)**-----

---- A LOE/2016 (Lei 7-A/2016), de 31 de março, veio aditar o CIMI, com a possibilidade de os municípios deliberarem uma redução da taxa do IMI incidente sobre a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do seu agregado, atendendo ao previsto no artigo 13.º do Código do IRS. Os valores a aplicar nos termos da alteração induzida pelo pela Lei 56/2023, de 6 de outubro, dispõem-se no quadro seguinte. -----

-----**Quadro – Reduções admissíveis**-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	30€
2	70€
3	140€

---- De acordo com os dados remetidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo por referência o ano de 2024 (cobrança em curso no ano de 2025), o número de agregados que poderão beneficiar desta eventual redução ascende a 3.502, associado a um Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 303.252.266,70 euros, da qual deriva uma coleta de 739.101,46 euros (a coleta tem em consideração as isenções de IMI vigentes).-----

---- A aplicação da taxa de redução fixa deriva no seguinte impacto: -----

- Agregados com 1 dependente (1.710): redução da receita em 51.300 euros; -----
- Agregados com 2 dependentes (1.520): redução da receita em 106.400 euros; -----
- Agregados com 3 ou mais dependentes (272): redução da receita em 38.080 euros. -



---- Observando que a aplicação desta redução poderá representar uma política fiscal de incentivo e apoio à natalidade, cujo impacto global será de 195.780 euros, propõe-se a adoção das seguintes reduções:-----

- Número de dependentes a cargo = 1: Dedução fixa = 30 euros; -----
- Número de dependentes a cargo = 2: Dedução fixa = 70 euros; -----
- Número de dependentes a cargo $\geq$ 3: Dedução fixa = 140 euros -----

-----**III – Redução da taxa prevista no n.º 7 do artigo 112º**-----

-----**(Mercado de arrendamento – habitação)**-----

---- Nos termos do n.º 7 do artigo 112º do CIMI, as autarquias podem adotar uma redução de 20% da taxa de IMI a aplicar sobre os prédios urbanos arrendados exclusivamente para habitação. -----

---- Esta medida pode, eventualmente, estimular do mercado de arrendamento na área da habitação, área em que a generalidade do território nacional apresenta evidentes lacunas ao nível da oferta disponível. -----

---- Deste modo, a exemplo do verificado no ano anterior, caso seja essa a intenção superior, poderá a Assembleia Municipal deliberar reduzir em 20% a taxa de IMI a aplicar sobre os prédios urbanos arrendados exclusivamente para habitação. Tendo por base o histórico, verifica-se que o número de beneficiários desta redução fiscal é ainda manifestamente diminuto, representando uma coleta agregada na ordem de 1,1 mil euros, pelo que, na presente data, induz uma quebra nas receitas municipais que ascende a apenas 221,8 mil euros. -----

----- Consequentemente, propõe-se que, nos termos do n.º 7 do artigo 112º do CIMI, se possa adotar uma redução de 20% da taxa de IMI a aplicar sobre os prédios urbanos arrendados exclusivamente para habitação, aplicável apenas aos contratos estabelecidos após 1 de janeiro de 2025. -----

-----**IV Majoração de Imposto – n.º 3 e n.º 8 do artigo 112º**-----

-----**(Prédios devolutos e em ruínas)**-----



---- O n.º 3 do artigo 112.º estabelece a possibilidade de serem elevadas, anualmente, ao triplo, as taxas inerentes aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. -----

---- A implementação desta majoração, não visa promover um aumento das receitas municipais, embora se admita essa consequência ao nível do volume das receitas, mas contribuir para a requalificação e revitalização do património existente, incentivando-se a regeneração urbana e mitigando-se eventuais focos sociais negativos que se rapidamente se podem associar a áreas territoriais degradadas. -----

---- A penalização estabelecida pelo agravamento da taxa, permite responsabilizar os proprietários que não asseguram qualquer função social ao seu património, permitindo a sua degradação e contribuindo para deterioração do ambiente paisagístico urbano, embora seja de salientar que as estratégias de revitalização urbana dos territórios devem derivar de um conjunto diverso e integrado de ações concertadas e simultâneas. -----

---- Consequentemente, propõe-se que, a exemplo do já ocorrido em 2025, possa ser determinada a aplicação, em 2026, sobre o exercício de 2025, de uma taxa majorada para o triplo, incidente sobre os prédios devolutos há mais de um ano, e de prédios em ruínas, existentes na área do Município de Ourém, conforme a listagem da Autoridade Tributária, devendo tal circunstância ser objeto de comunicação até 31 de dezembro, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 112º do CIMI, na circunstância de aprovado este agravamento, pela assembleia municipal. -----

---- Em adenda, será de referir que o n.º 8 do artigo 112.º, também confere a possibilidade de os municípios majorarem em 30% a taxa de IMI para os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

---- Complementarmente ao disposto, destaca-se que o artigo 112º-B na redação introduzida pela Lei 56/2023, reporta que os prédios devolutos em zonas de pressão urbanística que se encontrem devolutos há mais de um ano, os prédios em ruínas e os terrenos para construção



inseridos no solo urbano cuja qualificação em plano municipal de ordenamento do território atribua aptidão para o uso habitacional, sempre que se localizem em zonas de pressão urbanística, como tal definidas em diploma próprio, estão sujeitos ao seguinte agravamento:

- a) A taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º é elevada ao décuplo, agravada, em cada ano subsequente, em mais de 20%;-----
- b) O agravamento referido tem com o limite o valor de 20 vezes a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º;-----
- c) As receitas obtidas pelo agravamento previsto no número anterior, na parte em que as mesmas excedam a aplicação do n.º 3 do artigo 112.º, são afetas ao financiamento das políticas municipais de habitação;-----
- d) O limite previsto na alínea b) do n.º 1 pode, mediante deliberação da assembleia municipal ser aumentado em: -----
 - i. 50% sempre que o prédio urbano ou fração autónoma se destine a habitação e, no ano a que respeita o imposto, se encontre arrendado para habitação própria ou permanente do sujeito passivo; -----
 - ii. 100% sempre que o sujeito do imposto seja uma pessoa coletiva ou outra entidade fiscalmente equiparada.-----

---- Neste contexto, para a eventual aplicabilidade destes agravamentos (cuja receita adicional são consignadas ao fim estabelecido no diploma), será de observar a circunscrição de zonas de pressão urbanística a definir conforme diploma próprio. -----

V – Alargamento da isenção temporária do IMI de 3 para 5 anos – alteração promovida ao artigo 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais pela Lei 56/2023, de 6 de outubro

---- No âmbito da modificação introduzida pela Lei 56/2023, será de observar a alteração ao artigo 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, permitindo que a isenção de 3 anos prevista no referido artigo, possa ser prorrogada por mais dois, mediante deliberação da assembleia municipal, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 dezembro, para vigorar no ano seguinte. -----



---- Note-se que o n.º 1 do referido artigo permite a isenção de IMI nos prédios urbanos habitacionais, construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento bruto do total do agregado familiar, no ano anterior, não seja superior a 153 300 euros e que sejam efetivamente afetos a tal fim, no prazo de seis meses após a aquisição ou a conclusão da construção, da ampliação ou dos melhoramentos, salvo por motivo não imputável ao beneficiário. Reporta o n.º 3 que ficam igualmente isentos, os prédios construídos de novo, melhorados ou adquiridos a título oneroso, quando se trate da primeira transmissão, na parte destinada a arrendamento para habitação permanente do inquilino, desde que reunidas as condições previstas no n.º 1, iniciando-se o período de isenção a partir da data da celebração do primeiro contrato de arrendamento. -----\

---- Neste contexto vem o número 5 do artigo 46º estabelecer que as isenções dispostas nos n.os 1 e 3, têm um período de 3 anos, sendo aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda 125 mil euros, estabelecendo que poderão ser prorrogáveis por mais dois, mediante deliberação da assembleia municipal, a qual deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro, para vigorar no ano seguinte. -----

---- Consequentemente, deixa-se à consideração superior, a eventual prorrogação por mais 2 anos da referida isenção, a qual está sujeita à autorização da assembleia municipal e não sendo possível, nesta data, quantificar o impacto financeiro decorrente da eventual atribuição deste benefício. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Desde 2021 que o Município de Ourém tem vindo a manter uma taxa de IMI sobre prédios urbanos de 0,31%. Praticamente o valor mais baixo previsto no artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre imóveis que se situa em 0,30%. Esta é de facto uma das



principais fontes de receita dos municípios sendo relevante a decisão que incide sobre a taxa a praticar. -----

Fazemos notar que a taxa máxima prevista na lei atinge os 0,45%. -----

Para aplicação no próximo ano civil de 2026 sobre o exercício de 2025 vem a Câmara Municipal de Ourém propor a este órgão que sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do referido código incida uma taxa de 0,325%. -----

Refira-se que a proposta de taxa relativa aos prédios rústicos se manterá nos 0,80%. -----

Por outro lado, são apresentadas diversas reduções no que concerne à taxa sobre os prédios urbanos, nomeadamente em função do número de dependentes do agregado familiar, ou mesmo uma redução de 20% a aplicar sobre os prédios urbanos arrendados exclusivamente para habitação, assim como redução de 50% a aplicar sobre prédios urbanos propriedade das associações desportivas, culturais e recreativas, entre outras reduções, tal como foi aqui frisado pelo Senhor Presidente do Município. -----

De realçar que, ao longo dos últimos anos têm sido apresentados consecutivamente orçamentos ambiciosos com projetos de reconhecido interesse de execução no concelho. -----

Por outro lado, a situação financeira do município tem sido pautada por uma excelente gestão dos recursos existentes, tendo-se inclusive reduzido a dívida apesar do crescente investimento realizado. -----

A saúde financeira do município é até reconhecida pelas instituições financeiras tanto mais que, na contratação de empréstimos, há propostas com spreads negativos como nos foi dado a conhecer através das propostas que constam no ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Assim, o aumento referido, no nosso entender tem uma justificação mais que atendível de forma a complementar o orçamento da receita para realização dos investimentos previstos. ----

Fazemos notar que, dos 21 municípios do distrito de Santarém, 13 praticam uma taxa urbana superior a Ourém, sendo que, aqueles que têm uma dimensão similar aplicam taxas superiores àquela que nos é proposta, tal como Tomar, Torres Novas e Abrantes. -----



De sublinhar ainda que, para o ano de 2017, último ano de gestão por um executivo socialista nesta autarquia, foi aplicada uma taxa de 0,33% sobre prédios urbanos, superior à proposta atual. -----

Havendo uma clara aposta na melhoria das condições de vida da população do concelho, na valorização do território com uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente nos investimentos que nos têm sido apresentados, somos claramente a favor da proposta que nos é apresentada relativa às taxas de IMI.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente de Câmara tenho duas perguntas e uma declaração. A primeira pergunta, e confesso que não me recordo se algum dos últimos oito orçamentos a informação da divisão financeira do Município previa uma taxa menor do que aquela que depois foi proposta pelo Executivo. Confesso que não me recordo. -----

A segunda questão é, qual o valor expectável de aumento da cobrança do IMI, com a diferença na taxa e perspectivas de crescimento. -----

Depois, adiantar que, conforme o programa político para as eleições do Partido Socialista, e os dados que depois discutiremos na altura seguinte no orçamento, o Grupo Municipal do Partido Socialista, obviamente que é favorável à inovação das isenções que falou, às isenções já concedidas em anos anteriores e à questão da isenção às famílias com muitos dependentes, mas, tendo em conta a proposta do PS, e na discussão do orçamento iremos quantificar isto, na campanha eleitoral, no sentido de reduzir para a taxa mínima, iremos votar contra o aumento do IMI.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “A divisão financeira geralmente faz uma informação com base na taxa atual. A divisão financeira quando está a fazer a sua informação, não sabe ainda qual será a decisão que irá ser tomada na Câmara Municipal. O que se aplica agora, fez uma informação não contando com os zero três dois cinco. Penso que também, na altura que reduzimos, fez uma informação, não contando com essa redução. -----



Dizer também, não sei se o objetivo da pergunta é esse também, dizer que este aumento de IMI não está refletido no orçamento do próximo ano, porque como sabe, penso que sabe, os valores que nós temos que quantificar para efeitos de orçamento, seja de IMI, seja de IRS, seja da Derrama, seja de IMT, é uma média aritmética dos dois últimos exercícios e, portanto, isto não está devidamente quantificado e, portanto, nem sequer se coloca. Por isso é que, às vezes, há os tais saldos de gerência, como vai haver outra vez este ano, de valores altos. -----

Por exemplo, posso lhe dizer, hoje por acaso vinha com o Dr. Fernando Marques no carro, antes de irmos para aqui, e ele estava a dizer que o valor do IMT deste ano é um valor bastante superior àquele que foi no ano anterior e esse valor não pôde ser refletido no orçamento, porque a tal aritmética dos dois anos anteriores, que é o valor que temos que considerar para efeitos do orçamento, isso não está aqui quantificado. -----

O que lhe posso dizer em relação ao valor a mais, estamos a falar com base nos valores deste ano, cerca de 340.000 € a mais, mas também aproveitar para lhe dizer, e o senhor deputado sabe isso perfeitamente pela sua formação profissional, de que as famílias com menores rendimentos, não tenho agora aqui presente, mas penso que até cerca de 17.000 € por ano, posso não estar a ser exatamente certo, com o valor tributável igual ou inferior a 73.000 €, não pagam IMI, podem pedir isenção de IMI. -----

Dizer-lhe também que com este aumento e dou três exemplos para percebermos bem também aquilo que isto pode representar para as famílias. Um prédio com um valor tributável de 100.000 € vai pagar a mais de IMI por ano, cerca de 15 €. O que isto significa? Que diariamente vai pagar a mais IMI 0,04 €. Uma pessoa que tenha um prédio com valor tributável de 150.000 €, e penso que será a maior parte das pessoas do nosso concelho, irá pagar a mais por ano 22,50 €, o que dá uma diferença de 0,06 € por dia. E se for uma pessoa que tenha um prédio com valor tributável de cerca de 200.000 €, já terá de ser um prédio com alguma dimensão, irá pagar a mais 30 € por ano, o que dá uma diferença de 0,08 € por dia. ----

E, portanto, são estes os aumentos que estamos a propor para o próximo ano. -----

Muito obrigado.” -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 VOTOS CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL PS; 34 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 04 DO GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 37 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO (TESOURARIA) – ANO ECONÓMICO 2026 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120932**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para contratação do empréstimo de curto prazo (Tesouraria), ano económico 2026, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 07 de novembro de 2025, na presença da informação registada sob o n.º 102.503/2025, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a Câmara deliberou contrair o empréstimo designado em epígrafe, no montante de **1.500.000,00€**, com consulta às instituições de crédito com estabelecimento no concelho. --

---- Efetuadas as consultas como legalmente se impõe, verificou-se que apresentaram propostas as seguintes instituições financeiras:-----

- **Novo Banco, S.A.**; -----

- **Banco Português de Investimento, S.A.**;-----

- **Banco Santander Totta, S.A.**; -----

- **Caixa Económica Montepio Geral, S.A.**;-----

- **Banco Comercial Português, S.A.**;-----

- **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**;-----



- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L.. -----

---- Abertas as propostas foram as mesmas remetidas, de imediato, ao **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** para análise, da qual resultou a informação n.º 40/2025, datada de hoje, que se passa a transcrever na íntegra: “Na sequência da reunião de 7 de novembro de 2025, do órgão executivo deliberou-se encetar procedimento tendo em vista contrair um empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2026, com início a 1 de janeiro de 2026 e término a 31 de dezembro de 2026, pelo montante de 1.500.000,00€ (Um Milhão e Quinhentos Mil euros).

---- Em resultado da referida deliberação, foi efetuada consulta a todas as instituições financeiras com dependência existente na área adstrita ao Município de Ourém. A abertura de propostas foi efetuada na reunião ordinária do órgão executivo que se realizou no dia 18 de novembro cujo mapa síntese se apresenta no quadro abaixo apresentado, contendo proposta de ordenação dos concorrentes. -----

Quadro – Análise comparativa às propostas (considerou-se a taxa Euribor vigente à data de 03/12/2025 – data de entrega das propostas)

	SANTANDER	BPI	NOVO BANCO	Montepio
Montante proposto	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €
Taxa de Juro	Euribor a 12 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses
Spread	0,600	0,000	0,500	-0,030
Comissões	Isento	1250€ de comissão de abertura	1.000€ de comissão de montagem	Isento
Considerações complementares		Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.		
Taxa Euribor aplicável (à data de 03/12/2025)	2,251	2,029	2,029	2,029
Juro aplicável (Euribor acrescido do spread)	2,851	2,029	2,529	1,999
Juro aplicável (considerando as cláusulas	2,851	2,069	2,562	1,999



complementares) (a)				
Classificação final	Excluído (b)	3.º	5.º	1.º

(a) Considerado o efeito das comissões (0,04 no BPI e 0,033 no NOVO BANCO)

(b) Não apresentou o indexante associado à taxa euribor previamente fixada

-----Quadro – Análise comparativa às propostas (continuação)-----

Millenium	Caixa Geral de Depósitos	Caixa Credito de Leiria
1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	1 500 001,00 €
Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses	Euribor a 3 meses
0,000	0,090	0,005
Isento	Isento	Isento
Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.	Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.	Caso a Euribor assuma valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo de juros, que a mesma terá valor zero.
2,029	2,029	2,029
2,029	2,119	2,034
2,154	2,244	2,159
2.º	5.º	4.º

---- Consequentemente, a conclusão inerente à instituição financeira que apresenta as condições globais mais favoráveis ao Município de Ourém, tem em observância o spread apresentado pelas instituições financeiras e demais condições financeiras, concluindo-se que a melhor proposta é a do Banco Montepio. -----

---- Desta forma, **propõe-se que o empréstimo de curto prazo, a contratar pelo montante de 1.500.000,00€ e o qual deverá vigorar no ano económico de 2026 (em regime de conta corrente até ao limite do montante contratado), seja adjudicado à entidade Banco Montepio, sendo aplicável a taxa Euribor a 3 meses e um spread de -0,03% (menos zero vírgula zero três por cento) bem como as demais condições expressas na proposta apresentada.** -----

---- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorizar a contratação deste empréstimo é da assembleia municipal (sob



proposta da câmara municipal), não estando este ato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, pois configura um empréstimo que se inicia e se extingue no próprio ano económico.

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

No âmbito do ponto 02.05, relativo à contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2026, gostaria de começar por sublinhar um aspeto que consideramos particularmente relevante e positivo: o facto de o Município de Ourém conseguir, mais uma vez, aceder ao mercado financeiro em condições altamente favoráveis, nomeadamente com a contratação de um empréstimo com **spread negativo**. -----

Este é um sinal claro e inequívoco da **credibilidade financeira do Município**, do rigor na gestão das contas públicas e da confiança que as instituições financeiras depositam em Ourém. Não é uma situação comum, nem automática, e resulta de um histórico consistente de boa governação financeira, de controlo da despesa e de planeamento responsável. -----

Importa também recordar que estamos a falar de um empréstimo de curto prazo, de tesouraria, que não visa aumentar estruturalmente o endividamento do Município, mas sim assegurar uma gestão equilibrada dos fluxos de caixa ao longo do ano, permitindo cumprir atempadamente os compromissos assumidos, sem colocar em causa a sustentabilidade financeira futura. -----

Enquanto deputados do PSD, entendemos que uma autarquia financeiramente sólida é uma condição essencial para garantir investimento público, qualidade dos serviços municipais e capacidade de resposta às necessidades dos munícipes. Este resultado — a contratação de um empréstimo em condições excecionalmente vantajosas — demonstra que Ourém está nesse caminho. -----



Por estas razões, e valorizando o trabalho desenvolvido ao nível da gestão financeira municipal, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente esta proposta e reconhece nela um reflexo das **excelentes finanças do Município de Ourém.** -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O QUINQUÉNIO 2026/2030 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119065**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar dos citados documentos, o qual foi dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **73.252.700,00€** (setenta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e setecentos euros). -----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 113.819/2025, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, o qual efetuou uma breve exposição sobre os referidos documentos. -----

---- (Aprovado em minuta)”. -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL fez uma breve apresentação sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “É uma pergunta técnica, por isso, baseado naquilo que o senhor presidente de Câmara disse há pouco e bem, o cálculo do orçamento é feito com base numa média dos últimos dos últimos dois anos, quanto às receitas. -----

Por isso é mais uma razão para não percebermos a questão do IMI. Ou seja, o valor de impostos diretos que está no orçamento para 2026, estamos a falar de 13 milhões e 10 mil euros previstos no Orçamento, páginas 61 e 122 do Orçamento. -----

O valor dos impostos diretos em 2024 foi de 12 milhões 527. Os impostos diretos cobrados até 30 de novembro deste ano, só um termo comparativo, 10 milhões e 400 mil. Ou seja, no mês de dezembro do ano de 2024 foram liquidados aproximadamente 2 milhões e 100 mil - 2024 que é o último ano de resultados concretos. Até ao final do mês de novembro de 2025, segundo dados que acompanham a comunicação do senhor Presidente, o valor de impostos diretos já vai, até 30 de novembro em 12.000.723,420, um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano passado. -----

A minha primeira pergunta, nesta primeira rodada, qual é o valor de impostos diretos que prevê que sejam liquidados até ao final do ano de 2025?” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Estimado público e comunicação social, -----

Discutimos hoje um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano que não são apenas um exercício técnico ou contabilístico. Discutimos um documento profundamente político, que traduz uma visão clara para o concelho de Ourém, uma forma distinta de governar e, sobretudo, uma rutura inequívoca e definitiva com práticas do passado. -----



O Orçamento Municipal para 2026, com um valor global próximo dos **74 milhões de euros**, é o reflexo de uma governação responsável, planeada e ambiciosa. É também o resultado de uma estratégia consistente seguida ao longo dos últimos anos, que contrasta de forma clara com a herança deixada pelo anterior executivo socialista. -----

Convém não esquecer que o PSD encontrou um município com investimento estrutural adiado, projetos sem enquadramento financeiro e uma visão excessivamente limitada à gestão corrente. O que hoje discutimos é definitivamente o oposto: um orçamento que planeia, que executa e que transforma o território. -----

Entre 2024 e 2026, assistimos a um crescimento sustentado da capacidade orçamental do Município. Mas mais importante do que o valor global é a **qualidade da despesa**. Este orçamento cresce porque existe rigor. Prova disso é a **redução da despesa corrente em cerca de 3,7 milhões de euros**, libertando meios para investimento público real. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

O investimento direto municipal atinge cerca de **31,7 milhões de euros**, podendo chegar aos **34,3 milhões de euros** quando incluimos os apoios a outras entidades. -----

Este valor coloca Ourém entre os municípios mais investidores da região, sobretudo quando analisamos o investimento per capita. -----

Mas este investimento não é abstrato. Traduz-se em **obras concretas, visíveis e estruturantes**, algumas das quais há muitos anos reclamadas pela população e sucessivamente adiadas nas governações anteriores. -----

Na área da **Educação**, destaca-se um investimento global **superior a 6,3 milhões de euros**, onde importa salientar: -----

a **requalificação da Escola EB 2,3 do IV Conde de Ourém** e a **conclusão da requalificação da antiga Escola das Louças para instalação de uma creche**, investimentos que reforçam a rede educativa e respondem às necessidades reais das famílias logo a partir da primeira infância. -----

Na área da **Saúde**, o Município investe **cerca de 3,6 milhões de euros**, com duas obras absolutamente estruturantes: -----

a **conclusão da requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Fátima** e a **ampliação e requalificação do Centro de Saúde de Ourém**, investimentos que melhoram



significativamente as condições de atendimento e de trabalho dos profissionais, depois de anos sucessivos de degradação quando estes edifícios eram geridos pelo Governo Central. -----

Na área da **Habitação**, com um investimento superior a **13 milhões de euros**, destaca-se a **construção de habitação para arrendamento a custos controlados**, uma resposta concreta à crise habitacional. -----

Ao nível das **infraestruturas rodoviárias e mobilidade**, importa sublinhar obras de grande impacto financeiro e territorial, como: – a **conclusão da requalificação da Rua da Castela e ligação à Rua Dr. Armando Henriques Reis Vieira**; – a **2.ª fase da Estrada de Minde (EN 360)**, na zona limítrofe com Alcanena; – a **requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, em Fátima**; – e a **Rua de São João Eudes, também em Fátima**, na sua primeira fase. -----

Estas são obras estruturantes que melhoram a mobilidade, a segurança rodoviária e a coesão territorial, e que representam investimentos de cerca de 5,5 milhões de euros só em 2026. -----

Na área do **Desporto e Qualidade de Vida**, com investimentos na ordem dos **6,2 milhões de euros**, destaco a **ampliação do Parque Desportivo de Fátima**, uma infraestrutura com impacto supramunicipal, e a **expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira**, valorizando o espaço público e o lazer. -----

No plano da **administração pública e proximidade aos cidadãos**, merece destaque a **requalificação do antigo edifício da rodoviária para instalação da Loja do Cidadão em Ourém**, um investimento estruturante na modernização dos serviços públicos. -----

Ao nível do **Desenvolvimento Económico**, com um investimento global **superior a 5 milhões de euros**, sublinho a aposta na **Área de Acolhimento Empresarial de Caxarias–Urqueira**, essencial para a atração de investimento, criação de emprego e fixação de empresas no concelho. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Quando comparamos Ourém com municípios vizinhos, muitos deles governados pelo Partido Socialista, a diferença é clara: enquanto alguns apresentam orçamentos elevados, mas com fraca execução e poucas obras estruturantes, Ourém apresenta um orçamento que se traduz em obra feita e em transformação real do território. -----

Também na **política fiscal**, a diferença é evidente. Ourém abdica de cerca de **4 milhões de euros em receita fiscal**, mantendo taxas reduzidas de IMI e derrama. Em muitos municípios



socialistas, a resposta tem sido aumentar impostos; em Ourém, sob governação PSD, opta-se por **gerir melhor para cobrar menos**. -----

Outro aspeto fundamental é a **capacidade de captação de fundos comunitários e PRR**, num montante superior a **9,3 milhões de euros**, algo que exige planeamento, projetos maduros e competência técnica — fatores que faltaram durante muitos anos no passado. -----

As **Grandes Opções do Plano** refletem, assim, uma estratégia clara: investimento em pessoas, em infraestruturas, em coesão social e em desenvolvimento económico, sem comprometer a sustentabilidade financeira do Município. -----

Este Orçamento não é um conjunto de intenções; é um conjunto de compromissos com financiamento assegurado, calendário definido e impacto real. -----

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano, com a convicção de que representam um verdadeiro salto qualitativo na governação do concelho. -----

É esta a diferença entre prometer e fazer. -----

É esta a diferença entre o passado socialista e o presente com o PSD. -----

É esta a diferença entre gerir o dia a dia e preparar o futuro. -----

Muito obrigado.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. senhor Presidente desta Assembleia Eng.º João Moura, -----

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

A coligação CDS-PP saúda a aprovação do Orçamento Municipal de Ourém para 2025/2026, documento que consideramos equilibrado, responsável e alinhado com as prioridades que temos defendido para o concelho. O orçamento reforça áreas essenciais como a coesão territorial, o investimento nas freguesias, a modernização dos serviços municipais e o apoio às famílias e ao tecido económico local. -----

Destacamos a continuidade de projetos estruturantes, a aposta na sustentabilidade financeira e a capacidade de manter uma gestão rigorosa sem comprometer o desenvolvimento. Para a coligação, este é um orçamento que responde aos desafios atuais e prepara o futuro, garantindo que Ourém continua a crescer com solidez, transparência e sentido estratégico. ---



A sua aprovação garante a continuidade de projetos fundamentais para o futuro do concelho, apesar dos desafios que enfrentamos, bem assim como representa um passo importante para consolidar políticas públicas que promovem qualidade de vida, competitividade e confiança no caminho que o município está a seguir. -----

Por isso, iremos **aprovar este orçamento**, que representa um compromisso com o desenvolvimento, a coesão social e a sustentabilidade. -----

Esta época natalícia traz sempre consigo um espírito especial: é um tempo de reencontro, de pausa e de gestos simples que ganham novo significado. Entre luzes, tradições e memórias, o Natal convida-nos a valorizar aquilo que realmente importa, a família, a solidariedade e a esperança num futuro melhor. Mesmo num mundo cheio de desafios, esta quadra lembra-nos que a generosidade e a proximidade continuam a ser forças transformadoras. -----

Em meu nome e em nome do CDS-PP desejo a todos vós e a todos os Ourenseiros um santo e feliz Natal e um Ano Novo muito próspero! -----

Bem-haja!" -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte:

“Respondendo ao senhor deputado Nuno Baptista. E peço desculpa, há pouco induzi em erro, são as regras dos três últimos exercícios económicos e não dois, como disse. -----

Não tenho, obviamente, previsão de quanto é que podemos cobrar agora. O que lhe posso dizer, e aquilo que sei, penso que iremos cobrar de IMI que foi pago durante o mês de novembro e que será recebido agora em dezembro, cerca de 1,7 milhões €. Habitualmente, cerca de 110.000 € por mês, penso que não deverá fugir muito desta situação. -----

O IMT é variável, mas pensamos que, face aos meses anteriores, poderemos ter uma receita de cerca de 300.000 € de IMT durante o mês de dezembro. -----

A Derrama, penso que não será significativo porque as empresas já pagaram o seu IRC. -----

Portanto, serão estes os valores que posso, neste momento, adiantar, sem ter a certeza absoluta de que sejam estes. O IMI, sim, porque já tive a oportunidade de ver e penso que há de ser o valor mais significativo. -----

Muito obrigado.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs seguinte: “Como tinha dito, em 2024 foram



2.100.000 €, portanto não fugirá muito desse valor. Isto quer dizer que faltarão cerca de 2 milhões € no orçamento de impostos diretos. Essa é a realidade. Ou seja, a cobrança de impostos diretos, em vez de ser 13.010.000 €, vai aproximar-se muito dos 15 milhões €. Uma subida de 20% em cada ano. Esse é o motivo para que, do nosso ponto de vista, ser orçamentalmente completamente compatível a diminuição dos tais 350.000 €, seria menos do que isso, a diminuição para a taxa mínima e a devolução de 1% do IRS. -----

Volto a dizer, faltam 2 milhões € neste Orçamento. A lei não permite, não é perceptível para nós que não se faça a previsão, fora ainda os tais 350.000 € a mais de impostos. Portanto, estamos a falar de mais de 2 milhões € que faltam só de impostos diretos neste Orçamento. -----

Todas as propostas que nós fizemos, tanto na questão do IRS como na questão do IMI, estavam perfeitamente enquadradas. O Orçamento seria bem superior e com o potencial aumento, pelo menos a nível de IMT, que será certamente, se não acontecer nenhuma hecatombe, o de 2026 ainda será superior a este ano. -----

Estes dados de 15 milhões €, do meu ponto de vista e com as contas que tenho, são absolutamente conservadores. -----

Portanto, tendo em conta também a nossa proposta para as eleições autárquicas, os dados que nós apurámos com este Orçamento e os dados aqui falados, este aumento brutal na cobrança de impostos, além de algumas taxas de execução que farão parte da nossa declaração de voto que faremos chegar à Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar contra o Orçamento de 2026.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Ainda bem que o senhor Deputado Nuno Baptista chegou a esta conclusão, porque parte do saldo de gerência é exatamente oriundo deste aumento de impostos que não pode ser refletido no respetivo orçamento. -----

O que lhe posso dizer é que estes 2 milhões € que, eventualmente, possam ser recebidos a mais, não podem ser refletidos no orçamento do próximo ano, mas serão no de 2027. O que significa que o senhor deputado tem que nos dizer quais são as obras que vamos deixar de fazer, nomeadamente nas freguesias, para podermos abdicar desses valores. É muito fácil dizer que podemos baixar os impostos ou que podemos abdicar desses valores, mas temos de dizer em concreto onde é que vamos deixar de investir esses mesmos valores. -----



Dizer que obviamente não podemos, de forma nenhuma, abdicar destes valores que estamos aqui a discutir hoje, sob pena de não conseguirmos executar aquilo que temos previsto e que nos comprometemos perante os Orientes. -----

Muito obrigado” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 VOTOS CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL PS; 04 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL CHEGAM; 30 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP – 37 PRESENÇAS** -----

----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante Grupo Municipal do PS, apresentou a seguinte declaração de voto: “Estamos perante um orçamento com um brutal aumento de cobrança de impostos, aproximadamente € 2.500.000,00 a mais em relação ao final de 2024. Uma brutalidade. -----

Do programa eleitoral do Partido Socialista, para as eleições de outubro de 2025, faziam parte medidas de índole fiscal, como por exemplo a devolução aos cidadãos do nosso concelho de parte do IRS que pagaram e a diminuição da Taxa de IMI para o valor mínimo, no caso 0,30. Como podemos ver essa diminuição era perfeitamente possível, sendo que o valor cobrado de impostos diretos, mesmo assim, iria subir em relação aos anos transatos. Medidas mais que justas e coerentes orçamentalmente. -----

Esta é uma razão mais que obvia para o grupo municipal do Partido Socialista votar contra os Documento Provisionais aqui apresentados. -----

O orçamento em análise (2026), é muito próprio de um primeiro ano de mandato: -----

Os principais investimentos chegaram ao fim no ano passado e daí que se está a projetar os novos 4 anos. Nós sabemos disso o que isso significa em termos de ciclos eleitorais e de estratégia eleitoral. -----

O orçamento de 2026 é assim, do ponto de vista da execução de investimentos, um ano muito pobre, daí podemos ver as quedas das despesas de capitais (-17,98%), acompanhadas com a queda as receitas de capitais (-17,06%). Estas receitas são em grande parte provenientes dos fundos comunitários. -----



O orçamento prevê uma quebra de 6,05%, e isso tem muito haver com as quebras referidas no parágrafo anterior. -----

Assim, 2026, vai ser, na nossa opinião, o ano de maior gestão corrente desde que a Ourém Sempre entrou no Executivo. Vai ser um ano a viver dos rendimentos correntes. Até que os investimentos inscritos nas GOP's são de duvidosa execução. -----

O histórico de cumprimento dos mesmos, não abonam em favor deste executivo, pelo que devemos esperar novas taxas de baixas coberturas das GOP's. -----

Tendo em conta as expectativas de cumprimentos serão baixas e tendo em conta ainda que as receitas próprias do município, crescerão, vamos continuar a ter elevados superávits orçamentais, traduzidos na continuação de elevados saldos de gerência e dinheiro parado em contas à ordem nos Bancos. -----

As contas do município, continuarão assim robustas, sem pressões e com um passivo perfeitamente gerável. -----

Contudo, ainda assim, acha este executivo que os munícipes, deverão continuar e até reforçar as suas contribuições, na forma de dízimo, à gestão PSD/CDS. Este executivo sabe que não consegue alocar as receitas em investimentos, resultando todos anos em superávits, mas ainda assim, pede que os contribuintes paguem mais pelo IMI, resultando num crescimento para os cofres do executivo em mais 350 a 400 mil euros. E, continuam a achar que o dízimo da participação no IRS dos munícipes deve continuar na taxa máxima permitida por lei (5%). -----

Quando o senhor presidente fala que com a sua política fiscal poupam 4 milhões de euros aos munícipes de Ourém, devia ter consciência que está a carregar com cerca de 2,5 a 3 milhões de euros a mais do que aquilo que podiam aliviar os munícipes. As contas municipais são equilibradas e robustas o suficiente para estar a cobrar no intervalo mínimo do IMI 0.3% ao invés dos propostos 0.325% (que injustificadamente é proposto um agravamento) e isentar os munícipes, nem que seja temporariamente de parte do pagamento 5% na participação do IRS. No que respeita a este último imposto, creio que o executivo sabe muito bem que podia prescindir deste valor, no entanto, tem receio que isentando-o agora, seria muito difícil depois numa fase mais "afitiva" aplicar novamente a mesma taxa... -----



Por fim, e voltando um pouco ao princípio, o ano de 2026 vai ser um ano de pouca dinâmica e o próprio orçamento não o esconde, pois diz que vão existir quedas bruscas dos investimentos, quer direto (-19,84%) quer total (-19,01%). -----

Ainda, sobre o tema Habitação. Trata-se neste momento, um dos assuntos mais preocupantes, e ao que parece Ourém, não está muito preocupado com isso, e as políticas orçamentais são reflexos disso. -----

São apontadas várias razões para que a política de habitação do executivo tenha sido um flop, e ao que parece, segundo os documentos, nenhuma razão é optada a gestão do executivo. São razões burocráticas, do governo central (agora o governo é da mesma cor, por isso não se podem escudar aí), são razões administrativas, tudo menos suas. Por isso, o orçamento não passa por esta prioridade. -----

Por todos estes motivos, o voto do grupo Municipal do Partido Socialista será contra os presentes documentos.” -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120928**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 117.486/2025, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se reproduz na íntegra: “**3.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2025** -----



---- Considerando que estão previstas no orçamento municipal receitas consignadas a determinadas despesas de investimento, cuja realização não irá ocorrer até ao final do ano económico em curso, por razões de diversa ordem e, salientando-se que as regras e normas de controlo orçamental no decurso deste exercício, salvaguardaram a integralidade proporcional das referidas receitas em comparação com as despesas respetivas, propõe-se que seja efetuada uma revisão orçamental, nos seguintes termos: -----

- Orçamento da Receita -----
 - Diminuição da dotação definida na classificação económica da receita inerente à classificação económica, referente a Transferências de Capital do IHRU – Habitação p/arrendamento a custos controlados (10.03.01.07), no valor de 3.270.000 euros;
 - Diminuição da dotação definida na classificação económica da receita inerente à classificação económica, referente a Passivos Financeiros – Sociedade Financeiras (12.06.02), no valor de 970.000 euros; -----
 - Face ao disposto nos pontos anteriores, apura-se um orçamento global da receita em 72.530.300 euros, ou seja, representando uma diminuição das receitas inicialmente previstas em 4.240.000 euros.-----
- Orçamento da Despesa (incluindo Revisão n.º 2 às GOP's) -----
 - Face à diminuição global do orçamento da receita apurada, promove-se uma anulação das despesas enquadradas nos seguintes projetos constantes em GOP's: -----
 - Diminuição da dotação definida na Construção do Parque Desportivo de Fátima (projeto 02/002 – 2022/161), no valor de 970.000 euros;-----
 - Diminuição da dotação definida na Construção de habitações em Ourém – Habitação para arrendamento a custos controlados (acordo IRHA) (projeto 05/001-2024/163-1), no valor de 2.195.000 euros;-----
 - Diminuição da dotação definida na Construção de habitações em Fátima – Rua de Santo António – Habitação pra arrendamento a custos controlados (acordo IHRU) (projeto 05-001-2024/163-2), no valor de 1.075.000 euros.-----



- o Face ao disposto nos pontos anteriores, o orçamento da receita tramita para um valor global de 72.530.300 euros em 2025, ou seja, valor em paridade com o valor global definido para o orçamento da receita, no âmbito da revisão em assunto. -----

---- **Aprovação**-----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Atendendo às obras não feitas, vamo-nos abster neste ponto.” ---

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL PS; 34 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 04 DO GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 37 PRESENÇAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P296/2025 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – EDIFÍCIO DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM, ZONA MEDIEVAL (CASTELO, GALERIA, UCHARIA, SANITÁRIOS PÚBLICOS), BIBLIOTECA/ARQUIVO, OFICINA DO PATRIMÓNIO E CASA DO ADMINISTRADOR (82732/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119118**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,23€ -----

----- Ano 2026 – 77.490,00€ -----

----- Ano 2027 – 77.490,00€ -----

----- Ano 2028 – 77.488,77€ -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 82.732/2025, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 27 de outubro transato, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 189.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 36 meses. -----

---- Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço, baseou-se em procedimento anterior da mesma natureza. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo, uma informação, datada de 19 de novembro findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 37 PRESENCAS** -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – APOIO À NATALIDADE E À INFÂNCIA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119152**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais referentes ao assunto em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 113.698/2025, do **Serviço de Ação Social e Saúde**, a propor a aprovação, até ao limite de 300.000,00€/ano, da despesa para os anos económicos de 2026, 2027, 2028 e 2029, no âmbito da atribuição dos apoios à natalidade e à infância. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 26 do mês findo, a dar conta de que a referida despesa plurianual deve ser submetida a aprovação do órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAS FARIA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----
Senhores Vereadores, -----



Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

A Bancada do PSD de Ourém pretende usar da palavra a propósito da proposta de aprovação dos valores plurianuais destinados ao apoio à natalidade e à infância para os anos de 2026 a 2029, no montante anual de 300 mil euros, uma medida que consideramos estrutural, socialmente justa e politicamente responsável. -----

Desde logo, importa sublinhar que este apoio, em vigor no concelho desde 2018, tem vindo a afirmar-se como um verdadeiro instrumento de política pública local, orientado para as famílias, para a coesão social e para a fixação da população em Ourém. Num contexto nacional marcado por um acentuado envelhecimento demográfico e por desafios crescentes à natalidade, este tipo de medidas assume uma importância ainda maior. -----

A proposta agora em apreciação revela planeamento, estabilidade e visão de médio prazo por parte do Município, ao garantir previsibilidade orçamental e continuidade de uma política social que tem impacto direto na vida das famílias ourensenses. O facto de este apoio ser operacionalizado através do reembolso de despesas realizadas no comércio local traduz também uma lógica inteligente de economia circular e de dinamização da atividade económica do concelho. -----

A Bancada do PSD entende que esta decisão demonstra bem a sensibilidade social do Executivo Municipal, aliada a um rigor financeiro adequado, respeitando os enquadramentos legais aplicáveis e assegurando a necessária autorização do órgão deliberativo. Trata-se de uma atuação transparente, responsável e alinhada com aquilo que deve ser uma boa governação autárquica. -----

Por isso, queremos deixar claro que o PSD de Ourém acompanha e valoriza este caminho, reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido pelo Município nesta área e reafirmando o nosso apoio a políticas que coloquem as pessoas, as famílias e o futuro do concelho no centro da ação pública. -----

Muito obrigada.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

**02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NA ÁREA DA SAÚDE – ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 111659**, datado de **2025.11.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.11.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do assunto em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto designado em epígrafe, foi apreciada a informação registada sob o n.º 103.181/2025, do então **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, que se passa a transcrever na íntegra: “Considerando: -----

---- O regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, do referido diploma; -----

---- A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto e do DL.23/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, vêm reforçar e ampliar as competências municipais no âmbito da saúde no território o que implica garantir a manutenção e a conservação das instalações de unidades de prestação de cuidados de saúde primários; -----

---- A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto prevê no seu artigo 29.º que os municípios possam delegar nas freguesias, através de contrato interadministrativo, competências nos domínios de interesse próprio das populações das freguesias; -----



---- O município de Ourém assumiu, com efeitos a 1 de setembro de 2023, as competências previstas no DL 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, com a assinatura do auto de transferência.-----

---- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face dos novos desafios e de novas exigências;-----

---- A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios de igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da boa-fé, da necessidade e suficiência dos recursos, do princípio da boa gestão e da continuidade da prestação de serviço público;-----

---- Atendendo à proximidade das juntas de freguesia para com os diversos polos de saúde, é muito mais eficaz e eficiente a sua intervenção na execução de pequenas reparações e manutenções, devidamente reportadas.-----

---- Em 2025 foram elaborados contratos interadministrativos, neste domínio, com um conjunto de juntas de freguesia, que importa renovar e ajustar decorrente da desagregação de freguesias. -----

---- Assim, propõe-se que sejam celebrados contratos Interadministrativos, para pequenas reparações e manutenção nos polos de saúde, em equipamento não médico, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre o município e as juntas de freguesia listadas na tabela 1, para vigorar a partir de 2025.-----

-----**Tabela 1** – Lista de Polos a protocolar -----

Junta de Freguesia/União de Freguesias	Polo
Matas	UCSP das Matas
Gondemaria	UCSP da Gondemaria
Rio de Couros	UCSP de Rio de Couros
Urqueira	UCSP de Urqueira
Seiça	UCSP de Seiça
Atouguia	UCSP da Atouguia
Espite	UCSP de Espite
Alburitel	UCSP de Alburitel



Junta de Freguesia/União de Freguesias	Polo
Nossa Senhora das Misericórdias	UCSP de Vilar dos Prazeres
Nossa Senhora das Misericórdias	UCSP do Sobral

---- Nos restantes polos, nomeadamente Fátima, Ourém, Freixianda, Caxarias e Olival, não se propõe a transferência de competências, pois atendendo à sua dimensão e características se considera que se devem manter sob a alçada do município. -----

---- Para calcular o montante máximo a transferir por cada polo considerou-se: o número de utentes, a área exterior ao edifício e a área bruta edificada (implementação) e ainda um fator de ponderação com base no estado de conservação do edifício. A fórmula de cálculo utilizada foi a seguinte: -----

$$\text{Valor (€)} = (\text{Área}_{\text{Exterior}} \times F_{AE} + \text{Área}_{\text{Interior}} \times F_{AI} + N_{\text{Utentes}} \times F_U) \times \text{Ponderação}$$

---- Em que: -----

- $F_{AE} = 0,53 \text{ €/m}^2$; -----
- $F_{AI} = 6,30 \text{ €/m}^2$; -----
- $F_U = 0,53 \text{ €/Utente}$; -----
- Ponderação tem o valor de: -----
 - 1 – Caso o estado de conservação seja de Muito Bom; -----
 - 1,2 – Caso o estado de conservação seja de Bom -----
 - 1,5 – Caso o estado de conservação seja de Suficiente -----

---- Com base nestes pressupostos, o montante anual máximo a transferir por cada polo é apresentado na tabela seguinte: -----

-----**Tabela 2** – Proposta dos valores do protocolo (Contrato Interadministrativo)-----



Local/Polo	Utentes (12/2023)	Freguesia	Área Terreir	Área Implantaç	Área Exterio	Estado	2026
UCSP Matas	653	Matas		189,77		MB	1 538,38 €
UCSP Gondemaria	1619	Gondemaria		188,8		B	2 447,30 €
UCSP Rio de Couros	1415	Rio de Couros	417	127,9	289,1	MB	1 700,42 €
UCSP Urqueira	1632	Urqueira		159		B	2 230,20 €
UCSP Seiça	1533	Seiça		105		S	2 199,49 €
UCSP Atouguia	1380	Atouguia		145,6		S	2 462,67 €
UCSP Espite	953	Espite		160		S	2 262,49 €
UCSP Alburitel	1516	Alburitel	830,5	247,3	583,2	MB	2 660,07 €
UCSP Vilar dos Prazeres	1407	Nossa Senhora das Misericórdias		153		MB	1 702,58 €
UCSP Sobral	1460	Nossa Senhora das Misericórdias	978	172,3	805,7	MB	2 274,98 €
Total							21 478,57 €

---- De forma a balizar a tipologia das intervenções, é apresentado na tabela 3 uma descrição sumária da tipologia e intervenções. -----

-----**Tabela 3 – Descrição sumária das intervenções**-----

Tipificação	Descrição sumária
Alvenaria	• Pequenas reparações em paredes e muros • Outras pequenas intervenções
Carpintaria	• Substituição de vidros • Substituição/reparação de ferragens • Afinação de portas e janelas • Colocação/deslocação/fixação de quadros, placards, cabides, etc. • Outras pequenas intervenções
Instalações sanitárias	• Reparação ou substituição de louças sanitárias e autoclismos • Desentupimento/limpeza de sistemas de esgotos • Substituição ou reparação de torneiras • Reparação das ligações de águas aos aparelhos • Colocação de tampos de sanitas • Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores toalhetes, papeleiras e outros equipamentos similares • Outras pequenas reparações
Instalação elétrica e Informática	• Substituição de lâmpadas e luminárias (com proteção) • Reparação/substituição de tomadas (com alvéolos) e interruptores • Reparação/substituição de tomadas de rede. • Manutenção de quadros elétricos • Fixação ou substituição de fios soltos ou partidos, com recurso à colocação de



Tipificação	Descrição sumária
	calha técnica, se necessário • Execução de pequenas instalações, para ligação de aparelhos elétricos, exceto quando exija o reforço da potência elétrica contratualizada; • Manutenção do AVAC e termoacumuladores; • Outras pequenas reparações
Cobertura do edifício	• Substituição de telhas partidas • Limpeza de telhados • Reparação de pequenas peças da estrutura • Reparação e limpeza de algeroz e tubos de queda • Outras pequenas intervenções
Serralharia	• Substituição ou reparação de fechaduras e outras ferragens • Reparação de Portas, cancelas, portões, janelas e gradeamentos em ferro ou outro metal. • Reparação de vedações. • Outras pequenas reparações
Espaço exterior	• Limpeza e regularização dos pisos exteriores • Pequenas reparações em muros e vedações • Limpeza de valetas e sumidouros • Reparações no pavimento • Manutenção dos jardins existentes. • Poda das Árvores existentes. • Outras pequenas reparações
Outras	• Pequenas reparações dos rebocos das paredes dos edifícios e pintura das zonas reparadas • Pequenas reparações e manutenção do mobiliário não médico (pinturas, fechaduras, puxadores, borrachas...) • Pequenas reparações e tratamento dos pisos das salas • Reparação de equipamentos elétricos, não médico (ex. televisões, frigoríficos, etc.) • Substituição de estores. • Substituição/reparação de precianas. • Limpeza pontual.



---- Nota - Na elaboração dos contratos (protocolos) dever-se-á salvaguardar que todas as intervenções devem ser previamente autorizadas pela ULS de Leiria e município e deve ser efetuado o registo das mesmas, nomeadamente através de tickets ou outro meio entendido por conveniente entre as partes. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 10 de novembro corrente, a referir que a despesa em assunto dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS NA ÁREA DA SAÚDE – PROPOSTAS DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120830**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar as Freguesias identificadas, através da celebração de contratos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto supramencionado, na reunião de 17 de novembro findo, a Câmara deliberou concordar com a informação apresentada pelo então Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e solicitar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, autorização à Assembleia Municipal, para assunção dos respetivos compromissos plurianuais. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 103.181/2025, do **Gabinete de Apoio à Presidência**, instruído com os contratos interadministrativos a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, cujo objeto assenta na atribuição dos apoios financeiros que de igual modo se indicam, para manutenção e pequenas reparações nos polos de saúde locais, válidos de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026:-----

- Freguesia de Alburitel – 2.660,07€; -----
- Freguesia de Atouguia – 2.462,67€; -----
- Freguesia de Espite – 2.262,49€; -----
- Freguesia de Gondemaria – 2.447,30€; -----
- Freguesia de Matas – 1.538,38€; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – 1.702,58€ (Pólo de Vilar dos Prazeres) e 2.274,98€ (Pólo de Sobral); -----
- Freguesia de Rio de Couros – 1.700,42€; -----
- Freguesia de Seiça – 2.199,49€; -----
- Freguesia de Urqueira – 2.230,20€. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 03 de dezembro em curso, a dar conta de que a referida despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 111665**, datado de **2025.11.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.11.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da proposta em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 05 de maio de 2025, a Câmara deliberou submeter a proposta de plano indicada em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – n.º 100, do **Diário da República**, no dia 26 de maio de 2025, a referida proposta de plano esteve em discussão pública até ao dia 10 de julho de 2025. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação registada sob o n.º 95.699/2025, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a anexar a versão final do referido documento. -----

---- A **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo a informação, datada de 06 de outubro findo, que a seguir se reproduz na íntegra:



“Trata-se da proposta de aprovação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Ourém - PAPERSU. -----

---- Este plano foi feito especificamente para os resíduos da responsabilidade da autarquia, tendo sido feito em articulação com a Valorlis e a Tejo Ambiente, estando em consonância com o PAPERSU da Valorlis e com o PAPERSU da Tejo Ambiente. -----

---- O PAPERSU está em condições de ser aprovado (anexo 7), tendo tido parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente. Na informação técnica n.º 422/2025/DAS-SAI/180, encontra-se toda a informação necessária sobre este plano, sendo um plano da maior importância para o setor dos resíduos pois estabelece metas e formas de as alcançar, no Município de Ourém, para contribuir para as metas supramunicipais (Valorlis) e daí para as nacionais. -----

---- Agir local, pensar global. -----

---- Ao plano está associado um valor de investimentos 5.724.368€, no intervalo temporal entre 2024 e 2030. -----

---- Algumas medidas já estão em curso, tais como por exemplo, as relacionadas com a construção de ecocentros, que são uma necessidade premente. -----

---- Tratando-se de um plano, a competência de aprovação do PARPESU é da responsabilidade da Assembleia Municipal de Ourém - AMO, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que publicou o Regime Jurídico das Autarquias Locais: -----

---- “h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;” -----

---- A proposta de plano foi apreciada em 05/05/2025, tendo sido deliberado submeter a mesma a discussão pública, não tendo havido contributos. Surge agora a necessidade de Câmara aprovar a proposta, para submissão do PARPESU à decisão da AMO. -----

---- Assim sendo, concordo com a conclusão da informação técnica referida, solicitando-se: -

- A aprovação da proposta de submissão do PARPESU à AMO, para aprovação. -----

---- À c.s.”. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **DAVID ALVES PEREIRA**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

A Bancada do PSD de Ourém pretende usar da palavra a propósito do Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos para o concelho de Ourém, no âmbito do PAPERSU, para sublinhar, desde logo, o trabalho sério, planeado e responsável que o Município tem vindo a desenvolver nesta matéria estruturante para o presente e para o futuro do concelho. -----

Falamos de um plano que se enquadra plenamente nas orientações nacionais definidas no PERSU 2030 e que resulta de uma articulação eficaz entre o Município, a Valorlis e a Tejo Ambiente, demonstrando uma clara capacidade de cooperação institucional e uma visão integrada da política ambiental local. -----

O conjunto de medidas previstas — que representa um investimento global significativo e bem dimensionado — evidencia uma estratégia coerente, que aposta simultaneamente na expansão e modernização das infraestruturas, na melhoria da recolha seletiva, na valorização dos biorresíduos, na reutilização e economia circular, bem como na sensibilização ambiental e no reforço da fiscalização. Trata-se de uma abordagem completa, que não se limita à resposta operacional, mas que atua também ao nível da mudança de comportamentos e da responsabilidade coletiva. -----

Destacamos, em particular, a aposta clara na melhoria da rede de ecocentros, na criação de soluções de proximidade para os cidadãos, na otimização das operações de recolha e na adaptação progressiva de setores estratégicos, como o comércio e a restauração, a modelos mais justos e ambientalmente responsáveis. São decisões que revelam planeamento, conhecimento do território e compromisso com metas ambientais exigentes, mas necessárias.

A Bancada do PSD entende que este plano demonstra bem que o Município de Ourém está a fazer o seu caminho com seriedade, antecipando desafios, cumprindo obrigações legais e alinhando-se com as melhores práticas nacionais e europeias na gestão de resíduos. É este tipo de políticas públicas, sustentadas, técnicas e responsáveis, que reforçam a confiança dos cidadãos na ação autárquica. -----



Por isso, reafirmamos a nossa posição de apoio às opções estratégicas apresentadas, reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido e reiterando a nossa disponibilidade para, de forma construtiva, continuar a contribuir para soluções que promovam a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento equilibrado do concelho de Ourém. -----

Muito obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DENÚNCIA DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A FREGUESIA DE CAXARIAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 111648**, datado de **2025.11.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.11.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 04 de dezembro de 2007, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Caxarias**, referente à cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Caxarias, válido pelo período de um ano (a iniciar a 01 de setembro), renovável. -----

---- Nesta reunião foi apresentado o processo registado sob o n.º 96.560/2025, do **Gabinete de Apoio à Presidência**, com proposta de revogação do citado protocolo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119104**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de contrato de comodato registada sob o n.º 80.559-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Av. Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste concelho, que visa a cedência gratuita, em regime de comodato, das infraestruturas do prédio sito na Rua dos Covões, n.º 4, no lugar de Montelo, daquela freguesia, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6805 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 4294, nomeadamente o piso - 1 do armazém principal, a totalidade do armazém construído em chapa e o alpendre exterior (sendo este último utilizado em comum pelos dois outorgantes), válido pelo período de 5 anos, renovável por iguais períodos. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS -----



----- APROVADO EM MINUTA -----

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120546**, datado de **2025.12.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 1,00€ -----

----- Ano 2026 – 43.665,00€ -----

----- Ano 2027 – 34.000,00€ -----

----- Ano 2028 – 34.000,00€ -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 117.574-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Urqueira**, com sede no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste concelho, com o objetivo de estabelecer regras relativas às ações de prevenção florestal a levar a cabo pela sua Equipa de Sapadores Florestais e bem assim estabelecer a respetiva comparticipação financeira, válido pelo período de três anos, renovável por igual período. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 10 de dezembro em curso, a dar conta de que a despesa emergente da celebração do protocolo em causa, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, devendo o órgão deliberativo autorizar a sua plurianualidade. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120922**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 112.997-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Caxarias**, sediada na Rua Casa do Povo, n.º 59, em Caxarias, deste concelho, com o objetivo de ceder, a título gratuito, a antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Rua Almirante Nunes da Mata, n.º 16, em Carvoeira, daquela freguesia, inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 414 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2963, válido por cinco anos, renovável. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa -----

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Executivo -----

Caros deputados -----

Caros colegas, presidentes da Junta de Freguesia -----

Comunicação Social e público presente. -----

Trata-se de uma escola que está desativada há cerca de 30 anos, por isso, para nós é um orgulho fazer esta remodelação, fazer ali um albergue e entregar à população que, há muitos anos anda a pedir que esta escola, que fica mesmo no centro da vila, seja remodelada. -----

Acho que é uma necessidade fazer ali um albergue para as pessoas que passam ali todos os dias em peregrinação. -----

Por isso, fico agradecido, como Presidente da Junta, que se possa fazer este protocolo que vai ao encontro do nosso compromisso com a população de Caxarias. -----

Obrigado.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.17 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSPORTES ESCOLARES – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120554**, datado de **2025.12.16**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o texto de protocolo registado sob o n.º 108.855-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Cercal** e a **Freguesia de Matas**, com o objetivo de ceder gratuitamente a viatura ligeira de passageiros de 9 lugares, marca Toyota, modelo Proace Verso, de matrícula AC-57-JO, para o transporte de crianças do ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, das referidas freguesias para os respetivos estabelecimentos de ensino e regresso a casa, assim como para outras deslocações realizadas no âmbito das competências daquelas autarquias, válido para o ano letivo de 2025/2026, renovável por períodos de um ano letivo, a iniciar sempre a 01 de setembro. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA “VIVER + SAUDÁVEL – DESPORTO SÉNIOR” – ÉPOCA DESPORTIVA 2025/2026 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120769**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito do programa supramencionado, foi apresentada a informação registada sob o n.º 40.885/2025, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a propor a retoma do referido projeto e a concluir conforme se passa a transcrever: “(...) **Conclusão** -----

---- Face ao exposto, remete-se à consideração superior deferimento para início dos procedimentos associados à retoma do projeto “Viver + Saudável – Desporto Sénior, para próxima época desportiva 2025/2026, assim como, celebração de novos protocolos de colaboração com as freguesias aderentes e outras que possam vir a aderir.-----

---- Para esta retoma, apresentamos as seguintes alterações: -----

- Apresenta-se em anexo as normas que estão atualmente em vigor, e proposta de melhoria das mesmas, no sentido de melhorar a organização, coordenação e gestão do programa.-----
- Sugerimos também em anexo, um exemplo de protocolo a celebrar com as juntas/uniões de freguesia, mas também, que possa ser aplicado a qualquer outra entidade do concelho que se queira associar (IPSS's, Associações ou Clubes...).-----
- Propomos a alteração das comparticipações das juntas de freguesia e a possibilidade de existência de 3 núcleos para as freguesias onde existe necessidade de alargar o projeto, tonando-o mais acessível e justo: -----

Locais das Aulas	1 núcleo	2 núcleos	3 núcleos
Freguesias onde as aulas se desenvolvem em espaços sob gestão do município (ex. pavilhões, escolas...)	150.00€	280.00€	330.00€
Freguesias onde as aulas se desenvolvem em espaços de outras entidades (juntas, ipss's...)	140.00€	270.00€	320.00€

- Proposta de contratação de prestadores de serviço, estimando-se um gasto com cada um deles no valor de 1204.00€.-----
- Aquisição de mais material, devido ao aumento do número de alunos, estimando-se um gasto total no valor de 1000.00€ (sem iva) (...). -----

---- O processo encontra-se instruído com a proposta-tipo de texto de protocolo a celebrar com as freguesias e a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste concelho e com as novas normas de funcionamento referentes do citado programa. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

No âmbito do Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023–2026, aprovado em Conselho de Ministros, que assume como compromisso a promoção de uma cidadania sénior ativa, participada e com qualidade de vida, a Bancada do PSD de Ourém pretende sublinhar a relevância do Programa “Viver Mais Saudável – Desporto Sénior” no contexto do nosso concelho. -----

Este programa assume um papel particularmente importante na promoção do bem-estar físico, social e emocional da população com mais de 55 anos, ao incentivar a prática regular de atividade física, combater o sedentarismo e promover estilos de vida mais saudáveis. Trata-se de uma resposta que contribui diretamente para a prevenção da doença, para a manutenção da autonomia funcional e para a melhoria da qualidade de vida dos participantes. -----

Para além da dimensão física, importa destacar o forte impacto social do programa. As atividades desenvolvidas permitem o reforço das relações interpessoais, a criação de novas redes de convívio e o combate ao isolamento social, uma realidade que afeta de forma particular a população sénior. O convívio regular, a participação comunitária e a estimulação cognitiva têm reflexos evidentes ao nível da autoestima, da saúde mental e da satisfação pessoal dos utentes. -----

O programa assume igualmente uma dimensão comunitária relevante, através da articulação com as Juntas de Freguesia e da realização de atividades desportivas, culturais e recreativas em diferentes localidades do concelho. Esta organização descentralizada, com núcleos distribuídos pelas freguesias, garante proximidade, acessibilidade e reforça o sentimento de pertença da população sénior às suas comunidades locais. -----



Importa ainda assinalar o reconhecimento externo alcançado pelo Município, através da atribuição de selos de qualidade e prémios de excelência autárquica, que evidenciam a consistência e a qualidade do trabalho desenvolvido nesta área. A elevada adesão ao programa, com cerca de 400 participantes, confirma o impacto positivo da iniciativa e a confiança que os munícipes depositam neste projeto. -----

Enquanto bancada na Assembleia Municipal, entendemos que o Programa “Viver Mais Saudável – Desporto Sénior” constitui um exemplo de boa prática ao nível das políticas públicas locais, contribuindo para uma população mais ativa, mais saudável e socialmente integrada, e para um concelho mais coeso, solidário e com melhor qualidade de vida. -----

Muito obrigada.” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 36 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

02.19 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120914**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 88.725/2025, instruído com as propostas de texto de protocolos, a celebrar com a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, sediada no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, que consiste na comparticipação daquela entidade, nos custos de execução das redes de esgotos domésticos das empreitadas que a seguir se especificam, pelos montantes que de igual modo se indicam: -----

- Requalificação Urbana da EN 113 – Troço entre os Limites Urbanos e Este da Cidade de Ourém – **17.964,00€ + IVA**;-----
- Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre as Rotundas dos Álamos e do Ribeirinho – **10.392,28€ + IVA**; -----
- Requalificação das Ruas Gregório Correia e de Castela e Ligação à Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira – Ourém – **56.825,71€ + IVA**; -----
- Requalificação Urbana de vários arruamentos no Centro Norte de Fátima – Fase 1: Rua Dr. Júlio Ferreira Constantino e Ligações à Av. Beato Nuno – **75.773,84€ + IVA**; -----
- Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus (Rotunda Sul ao Limite da Zona Urbana de Fátima) – **84.947,60€ + IVA**;-----
- Requalificação da Av. Papa João XXIII – Fátima – **162.852,61€ + IVA**;-----
- Requalificação Urbana da Rua de São João Eudes – Fátima – **34.000,00€ + IVA**; -----
- Requalificação da Estrada de Minde – Troço entre o Km 75+875 e o Km 79+650 – **64.958,83€ + IVA**.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120836**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 22 de janeiro de 2024, a Câmara celebrou protocolo com a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com o objetivo de estabelecer a comparticipação financeira daquela entidade, nos custos da execução das infraestruturas de saneamento da empreitada de “P123/2020 – Requalificação da Rua Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro – Ourém”, com o montante de 157.161,33€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de adenda ao protocolo registada sob o n.º 92.397-A/2023, a celebrar com aquela empresa intermunicipal, sediada no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, que consiste na inclusão da seguinte cláusula: -----

----- **“CLÁUSULA VII -----**

Exclui-se da responsabilidade da TEJO AMBIENTE – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., as anomalias existentes no coletor doméstico executado no âmbito do procedimento “P123/2020 – Requalificação da Rua Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro”, as quais são da responsabilidade do empreiteiro e estão abrangidas pelo período de garantia da obra.” -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FÁBRICA DA IGREJA DE FREIXIANDA – ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 111670**, datado de **2025.11.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.11.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, conjugado com o artigo 39.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 63,90 euros, à Fábrica da Igreja de Freixianda, relativa à cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, considerando a atividade em assunto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 104.578/2025, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a solicitar, em nome da **Fábrica da Igreja de Freixianda**, com sede na Rua Padre Faustino, n.º 1, da dita freguesia, deste concelho, a cedência do Pavilhão Municipal de Freixianda, para uma atividade escutista, que viria a ter lugar nos dias 08 e 09 do corrente mês.

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 também do mês em curso, a dar conta de que a utilização daquela instalação desportiva, teve um custo de 63,90€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.22 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ESCOTEIROS DE MIRA DE AIRE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120826**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento do valor de 1,59 euros/elemento, ao Grupo 276 – Escoteiros de Mira de Aire, no âmbito da visita guiada ao Castelo e Paço dos Condes, considerando que a realização da atividade inerente à pretensão, assenta em valores sociais e educativos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 112.672/2025, o **Grupo 276 – Escoteiros de Mira de Aire**, solicitou a isenção do pagamento das taxas inerentes à visita guiada ao Castelo e Paço dos Condes, que pretende efetuar no próximo dia 20 de dezembro em curso, com cerca de 55 elementos. -----

---- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o pedido, exarou no processo uma informação, datada de 03 também do mês corrente, a dar conta de que o valor associado à pretensão é de 1,59€/elemento e a deixar à consideração superior a sua isenção, considerando que se trata de uma iniciativa educativa e social, atendendo ao carácter formativo, comunitário e totalmente voluntário da entidade. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 35 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119147**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de entidades e personalidades, com intervenção nas áreas que especifica, num máximo de cinco elementos, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, conforme informação prestada pela Secção de Apoio à Proteção Civil, a qual se passa a transcrever: **INFORMAÇÃO N.º: 121/2025/SAPC/1004 PROC.**

ASSUNTO: Designação de representantes no Conselho Municipal de Segurança -----

A Lei n.º 33/98, de 18 de julho, criou os Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação e de cooperação. -----

Em 28 de dezembro de 2021 foi aprovado o Regulamento do Conselho Municipal de segurança, pela Assembleia Municipal. -----

Dando cumprimento às alíneas h), i), e j) do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia Municipal, a 25 de fevereiro de 2022 designou: -----

h) Setor de apoio social, cultural e desportivo, Diretora Técnica da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Andreia Marques e o Presidente da Juventude Ouriense, Renato Amílcar Marques Lopes. -----

i) Estabelecimentos do ensino público a Diretora do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Cláudia Maria Pereira Campos e Estabelecimentos de ensino



particular e cooperativo o Diretor executivo/Pedagógico do Centro de Estudos de Fátima, Manuel Pires Bento. -----

j) Setores económicos com maior representatividade no concelho, a Presidente da Direção da Associação Empresarial Ourém-Fátima, Purificação Reis. -----

Tendo em conta que o referido órgão foi renovado, em consequência das eleições autárquicas ocorridas a 12 de outubro, propõe-se que seja solicitado à Assembleia Municipal que designe os representantes das entidades abaixo indicadas. -----

Dois representantes das entidades com atividade no setor de apoio social, cultural e desportivo; -----

Um representante dos estabelecimentos de ensino público e um representante dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que operem no território do município; -----

Um representante dos setores económicos com maior representatividade. -----

À consideração superior,” -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 113.658/2025, da **Secção de Apoio à Proteção Civil**, a colocar à consideração superior a designação de entidades e personalidades, com intervenção nas áreas que especifica, num máximo de cinco elementos, para integrarem aquele conselho municipal.” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD apresentou a seguinte proposta: -----

– Setor de apoio social, cultural e desportivo, Diretora Técnica da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, **Andreia Marques** e o Presidente da Juventude Ouriense, **Renato Amílcar Marques Lopes**. -----



- Estabelecimentos de ensino público a Diretora do Agrupamento de Caxarias, **Cláudia Maria Pereira Campos** e estabelecimentos de ensino particular e cooperativo o Diretor Executivo/Pedagógico Centro Estudos de Fátima, Manuel **Pires Bento**. -----
- Setores económicos com maior representatividade no concelho, o Presidente da Direção da Associação Empresarial Ourém-Fátima, **pedro Mafra**. -----
- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----
- Número de votantes – vinte e nove (37) -----
- A favor – vinte e nove votos (29) -----
- Brancos – oito votos (08) -----
- **FACE AO EXPOSTO, FORAM ELEITOS, POR MAIORIA:** -----
- **SETOR DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO – DIRETORA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA, ANDREIA MARQUES E O PRESIDENTE DA JUVENTUDE OURIENSE, RENATO AMÍLCAR MARQUES LOPES.** -----
- **ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO – DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE CAXARIAS, CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO O DIRETOR EXECUTIVO/PEDAGÓGICO CENTRO ESTUDOS DE FÁTIMA, MANUEL PIRES BENTO.** -----
- **SETORES ECONÓMICOS COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE NO CONCELHO – PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL OURÉM-FÁTIMA, PEDRO MAFRA.** -----
- APROVADO EM MINUTA -----

02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE OURÉM – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NO CONSELHO -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120665**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de representante no Conselho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 114.195/2025, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** solicitou a indicação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido político ou grupo de cidadãos eleitos, como representantes no Conselho Municipal da Juventude de Ourém, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, Grupo Municipal PPD/PSD, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, João Filipe Campos Catarino. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – vinte e nove (37) -----

----- A favor – vinte e nove votos (29) -----

----- Brancos – sete votos (07) -----

----- Nulos – um voto (01) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITO, POR MAIORIA, O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO.** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA NA COMISSÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119269**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de um presidente de Junta de Freguesia na Comissão. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 109.588/2025, da **Divisão de Proteção Civil**, a colocar à consideração superior a indicação de representante de uma Junta de Freguesia do concelho naquela comissão. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Alexandre Manuel Gaspar Faria. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – vinte e nove (37) -----

----- A favor – vinte e nove votos (29) -----

----- Brancos – sete votos (07) -----

----- Nulos – um voto (01) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITO, POR MAIORIA, O PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS, ALEXANDRE MANUEL GASPAR FARIA.** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----



02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO NA COMISSÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119129**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de representantes das Freguesias do concelho na Comissão. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 108.751/2025, o **Gabinete Técnico Florestal** colocou à consideração superior a indicação de representantes de duas freguesias do concelho naquela comissão, em conformidade com o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 23 de outubro, na sua versão atual. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, propôs:

- Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----

- Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, Jorge Manuel Dias Lopes. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – vinte e nove (37) -----

----- A favor – vinte e nove votos (29) -----

----- Brancos – sete votos (07) -----

----- Nulos – um voto (01) -----

----- **FACE AO EXPOSTO, FORAM ELEITOS, POR MAIORIA: -----**



- PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE CAXARIAS, SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES; -----

- PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE COUROS, JORGE MANUEL DIAS LOPES. -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.27 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 120823**, datado de **2025.12.17**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.12, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de representante de Junta de Freguesia no Conselho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 114.227/2025, da **Divisão de Educação**, a colocar à consideração superior a indicação de representante de uma Junta de Freguesia do Concelho, no Conselho Municipal de Educação, de conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atualizada. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, propôs a Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, Engrácia Maria Vieira Marques Carriço. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – vinte e nove (37) -----



----- A favor – vinte e nove votos (29) -----
 ----- Brancos – sete votos (07) -----
 ----- Nulos – um voto (01) -----
 ----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITA, POR MAIORIA, A PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE ALBURITEL, ENGRÁCIA MARIA VIEIRA MARQUES CARRIÇO** -----
 ----- APROVADO EM MINUTA -----

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DE JUNTA DE FREGUESIA DO CONCELHO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119062**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a designação de representante de Junta de Freguesia do Concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 111.791/2025, do **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, a colocar à consideração superior a indicação de representante de uma Junta de Freguesia do Concelho, no Conselho Cinegético Municipal, de conformidade com o disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 157.º, da Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua versão atualizada. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Questionado o plenário, sobre eventuais propostas, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, Luís Manuel Gameiro de Oliveira. -----

----- Não se registando a apresentação de qualquer outra proposta, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se os seguintes resultados: -----

----- Número de votantes – vinte e nove (37) -----



----- A favor – trinta votos (30) -----
 ----- Brancos – seis votos (06) -----
 ----- Nulos – um voto (01) -----
 ----- **FACE AO EXPOSTO, FOI ELEITO, POR MAIORIA, O PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE ATOUGUIA, LUÍS MANUEL GAMEIRO DE OLIVEIRA** -----
 ----- APROVADO EM MINUTA -----

02.29 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais intervenções por parte do público, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) *o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.*” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL